

DARIO ZALIS/WALE DO RIO DOCE



Atividade mineral: lei que regula o setor vigora há 40 anos e sofreu poucas alterações

## Exploração mineral no país pode ganhar novas regras

PÁGINAS 12 E 13

## Medidas do PAC já travam a pauta

A partir desta segunda-feira as medidas provisórias que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) passam a trancar a pauta da Câmara dos Deputados e do Senado. Aprová-las não é tarefa simples: as MPs receberam 719 emendas dos parlamentares. Após ouvir os ministros Dilma Rousseff, Paulo Bernardo e Guido Mantega, os senadores querem voltar a debater as propostas do governo para o crescimento.

PÁGINAS 4 E 5

## Encarte mostra o que muda no exame do Orçamento

Em parceria com a Consultoria de Orçamentos (Conorf), o Jornal do Senado publica encarte sobre a resolução que modificou a tramitação do Orçamento da União. Entre as novidades, está a necessidade de identificar as entidades beneficiadas por emenda parlamentar.



PÁGINAS CENTRAIS

## e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

AGORA É LEI

Página 17

## cidadania

### Conheça a maneira certa de adotar uma criança

Apesar das regras legais para adotar uma criança, é comum no país a “adoção à brasileira”, em que casais recebem menores diretamente dos pais biológicos. Mas a lei é clara: só a Justiça pode autorizar a adoção. O Especial Cidadania desta semana mostra o que fazer para evitar problemas legais.

PÁGINA 20

### Senadores querem alternativa à Emenda 3

Na sexta-feira, o presidente Lula vetou a Emenda 3 da lei que criou a Super-Receita. O iminente veto à emenda, que impedia os auditores fiscais da Receita Federal de autuar as empresas que contratam pessoas jurídicas com um só profissional, provocara protestos, evidenciando as diferenças entre governo e oposição sobre a concepção do Estado.

PÁGINA 3

## Fundo de Combate à Violência é aprovado pela CCJ e vai ao Plenário

PÁGINA 7

endagendagendagendagendagendagendagendagendagendagendagenda

# Na pauta, verba para prevenir gripe aviária

A pauta de votações do Plenário do Senado continua travada pela medida provisória (MP 333/06) que concede créditos extraordinários a diversos ministérios e à Presidência da República no valor de R\$ 690,9 milhões. Do total, R\$ 231,2 milhões foram destinados ao Ministério da Saúde para prevenção e combate à gripe aviária. Na ordem do dia desta terça-feira figuram outras nove MPs e um projeto de lei em regime de urgência, todos com prioridade de votação em relação a mais 11 proposições incluídas na pauta.

Além da MP da gripe aviária, mais seis tratam da abertura de crédito extraordinário. São elas: MP 336/06 (R\$ 385,2 milhões

para os ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades); MP 337/06 (R\$ 506,5 milhões para os ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades); MP 338/06 (R\$ 7,4 bilhões para diversas estatais); MP 343/07 (R\$ 956,6 milhões para os ministérios de Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações; do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa); MP 344/07 (R\$ 181,2 milhões para os ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional); e MP 354/07 (R\$ 20 milhões para o Ministério das Relações Exteriores).

O rol de medidas provisórias inclui ainda a MP 334/06, que autorizou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) a doar ao Amazonas área de ocupação irregular, e dois projetos de lei de conversão: o PLV 1/07, oriundo da MP 342/06, que alterou a lei sobre incentivos e benefícios para fomentar o esporte; e o PLV 2/07, oriundo da MP 345/07, que instituiu mecanismos para cooperação federativa no âmbito da segurança pública a partir da Força Nacional de Segurança. Também bloqueia a pauta proposta da Câmara (PLC 124/06) que estabelece incentivos para empresas que investem em projetos de pesquisa científica e tecnológica.

## Comissão discute venda de alimento nas escolas

A Comissão de Educação (CE) analisa nesta terça-feira, às 11h, uma pauta de nove itens, entre os quais o parecer de Romeu Tuma (PFL-SP) favorável ao projeto de lei do Senado (PLS 406/05) de Paulo Paim (PT-RS) que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do Programa de Alimentação Escolar.

— O projeto propõe uma abordagem legislativa múltipla que conflui para uma única direção: levar as escolas a oferecerem produtos mais saudáveis e as crianças a recriarem seus hábitos alimentares e influenciarem positivamente os pais em casa — explica o autor da matéria.

Paim informa que já foram adotadas ações políticas em vários estados e municípios buscando normatizar a prevenção e o controle da obesidade infantil e de doenças crônicas não transmissíveis.

Ele lembra que “a obesidade pode ser considerada o principal problema de saúde infantil nas nações desenvolvidas e está avançando também nos outros países.

A CE também poderá deliberar sobre dois requerimentos propondo a realização de audiências públicas para instruir projetos. Cícero Lucena (PSDB-PB) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) querem

debater o PLS 248/06, de autoria do senador fluminense, que torna obrigatório o ensino da educação sexual, instituiu o Dia do Planejamento Familiar, reduz a idade mínima e revoga a exigência de

consentimento de ambos os cônjuges para a pessoa optar pela esterilização cirúrgica.

O outro requerimento, de Augusto Botelho (PT-RR) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), tem o objetivo de aprofundar a discussão do PLS 65/05, de Sibá Machado (PT-AC), que disciplina o ingresso na educação superior, extinguindo os processos seletivos nos cursos de graduação.

### Proposta de Paim visa combater a obesidade infantil

## Comissões

### TERÇA-FEIRA

10h — ASSUNTOS ECONÔMICOS

Lavagem de dinheiro — Na primeira parte da reunião será escolhida a nova composição da Subcomissão de Assuntos Municipais e serão votados requerimentos. Em seguida, haverá deliberação sobre 11 itens da pauta, entre eles o substitutivo a quatro projetos que modificam a Lei da Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98).

10h — ASSUNTOS SOCIAIS

Siderurgia — A Subcomissão de Trabalho e Previdência reúne-se para debater o processo de contratação de técnicos e engenheiros na implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico, no Rio de Janeiro.

11h — EDUCAÇÃO

Alimentos — Entre as proposições que serão analisadas está o projeto de lei que disciplina a

comercialização de alimentos nas escolas e a elaboração de cardápios adequados à nutrição dos estudantes da educação básica. Também em pauta requerimento de audiência pública para debater projeto que determina a inclusão da educação sexual nos currículos escolares.

14h — COMISSÃO MISTA ESPECIAL DE AQUECIMENTO GLOBAL

Mudanças climáticas — Apresentação do roteiro de trabalho.

14h30 — ORÇAMENTO

Audiência pública — Votação de requerimento de audiência pública para debater a constitucionalidade das medidas provisórias de créditos extraordinários.

QUARTA-FEIRA

9h — MEIO AMBIENTE

Pão francês — Audiência pública para debater o projeto de lei

que determina a venda do pão francês a peso ou por unidade de 50g (PLS 294/06).

9h — DIREITOS HUMANOS

Licença-maternidade — Debate sobre o projeto de lei que dá incentivos fiscais para empresas que ampliam a licença-maternidade (PLS 281/05).

14h30 — ASSUNTOS SOCIAIS/DIREITOS HUMANOS

Down — Reunião conjunta para debater a síndrome de Down (Dia Internacional) da qual devem participar o diretor Manoel Carlos e os principais atores da novela Páginas da Vida.

QUINTA-FEIRA

9h — DIREITOS HUMANOS

Trabalho escravo — Instalação da Subcomissão do Trabalho Escravo, que será presidida pelo senador José Nery (PSOL-PA). Na mesma reunião será ouvida a ministra Matilde Ribeiro, da Se-

## Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quarta-feira o ex-governador de Sergipe João Alves de Albuquerque acompanhado de parlamentares e representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, esteve no Senado para manifestar-se contra a transposição.

Alegando que a questão está sub judice no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal de Contas da União, o grupo

pediu que o Legislativo chame para si a responsabilidade por essa decisão e disse que o STF já reconheceu que a transposição envolve um conflito federativo, visto que atinge os interesses de dez estados.

Renan também recebeu comissão de integrantes do Acampamento pelo rio São Francisco, que reivindicou alterações no projeto de transposição, sugeridas pelas populações regionais.

**PRIORIDADES** — Renan Calheiros anunciou reunião com todos os presidentes de comissões permanentes para definir uma pauta de votações que atenda efetivamente às necessidades do país.

Ele já pediu aos presidentes de comissões permanentes que selecionem as propostas que realmente traduzam urgentes e reais interesses do país, no tocante à simplificação de entraves burocráticos para quem deseja investir, aumento da competitividade das empresas, redução do ambiente de insegurança do cidadão e estímulo à criação de empregos.

— Será uma agenda alinhada com os reais interesses da sociedade — ressaltou.

**POSSE NA AGU** — Renan Calheiros compareceu na segunda-feira à posse do novo advogado-geral da União, ministro José Antonio Dias Toffoli. O novo dirigente ressaltou que pretende estreitar a parceria no campo das relações institucionais entre os três Poderes e também com a sociedade civil.

**LÍNGUA PORTUGUESA** — Na terça, Renan Calheiros reuniu-se com o secretário-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), embaixador Luís Fonseca, que estava acompanhado do chefe da missão permanente do Brasil junto àquele órgão, embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira.

## Plenário

### SEGUNDA-FEIRA

14h — Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h — Sessão deliberativa

Previdência — Projeto que estabelece melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar é o primeiro item da pauta de votações.

QUARTA-FEIRA

14h — Sessão deliberativa

Pasep — Na pauta, proposta de emenda à Constituição que permite a utilização dos recursos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) diretamente pelas unidades de governo do país.

QUINTA-FEIRA

14h — Sessão deliberativa

Agenda em aberto

SEXTA-FEIRA

9h — Sessão não-deliberativa

cretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

10h — AGRICULTURA

Seguro rural — O ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, fala a respeito do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural e também deverá detalhar aos senadores como está prevista a execução, em 2007, dos programas de erradicação da febre

aftosa e da sanidade animal.

11h — INFRA-ESTRUTURA

PAC — Audiência pública para dar continuidade aos debates sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Foram convidados os ministros de Minas e Energia, Silas Rondeau, e os presidentes da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, e da Eletrobrás, Valter Luiz de Souza.

PLENÁRIO Discussão sobre prestadoras de serviço expõe diferenças ideológicas como na batalha sobre a MP 232

# Senado quer alternativa à Emenda 3



José Nery defendeu o veto ao dispositivo, enquanto Roseana foi interlocutora do governo na decisão de apresentar novo projeto



JOSÉ CRUZ

Diferentemente do que era esperado, o veto do presidente Lula à parte da lei que criou a Super-Receita que impede o fisco de autuar empresas que contratam profissionais como se fossem pessoas jurídicas (a Emenda 3) não veio acompanhado de nova proposta para tratamento da contratação de empresas de prestadoras de serviços. A apresentação de um projeto de lei, em regime de urgência, ficou para esta semana.

A decisão foi anunciada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, após reunião com parlamentares, entre eles os líderes do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), e no

Congresso, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA).

Os líderes partidários no Congresso até pouco antes do veto ainda divergiam sobre a alternativa para a emenda, que proíbe os auditores fiscais da Receita Federal de contestarem um contrato firmado entre duas pessoas jurídicas para a prestação de serviços, deixando para uma decisão da Justiça do Trabalho a definição sobre se na verdade ele esconde uma relação trabalhista entre as duas partes.

Sem a Emenda 3, um auditor pode considerar a relação da empresa de uma única pessoa e outra empresa contratante como trabalhista. (Veja quadro

à esquerda.)

Mantega antecipou que o projeto a ser apresentado vai regulamentar o Código Tributário, para que a Super-Receita não possa mais autuar uma empresa antes da apresentação da defesa.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, com o senador José Sarney (PMDB-AP), já havia sido avisado do veto à emenda pelo presidente Lula na manhã da sexta-feira e disse que, juntamente com o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, convocará os líderes partidários para discutir o posicionamento do Legislativo diante do veto e a uma proposta de regulamentação do assunto.

## Entenda a Emenda 3

Uma fórmula encontrada por empresas para remunerar profissionais prestadores de serviços é contratá-los por meio de uma pessoa jurídica. Por essa modalidade, o empregado paga menos Imposto de Renda (IR) e a empresa se livra de encargos sobre folha de pagamento (Previdência, FGTS etc.). Porém, o empregado perde direito a férias remuneradas, 13º e FGTS.

Apesar de ser legal, para a Receita trata-se de uma operação de elisão fiscal, que deve ser combatida pelo governo.

Uma pessoa jurídica que declara pela modalidade do lucro presumido paga uma alíquota de 15% de IR, menor ainda se for classificada no Simples. Para pessoas físicas, a alíquota vai até 27,5% e para as demais empresas é de 47%.

No entendimento do governo, a operação enfraquece as rela-

ções trabalhistas, além de poder encobrir irregularidades, como "laranjas" de outras empresas e até mesmo trabalho escravo.

Por outro lado, entidades de profissionais liberais e as empresas que os contratam entendem que não há mal em buscar um modo de pagar menos impostos, por se tratar de uma situação acordada pelas duas partes.

A Emenda 3 facilita que prestadores de serviços sejam contratados por empresas como pessoas jurídicas, já que retira dos auditores fiscais o poder de desconsiderar contratos entre pessoas jurídicas quando ficar estabelecida uma relação de trabalho.

Pela emenda, o fiscal só poderá oferecer denúncia à Justiça do Trabalho. Na prática, a espera por decisão judicial pode levar à decadência da possibilidade de cobrança de dívidas tributárias.

## Veto já é motivo de tensão entre governo e oposição

O veto do presidente Lula à Emenda 3 já causou forte reação dos senadores, inclusive da base de apoio ao governo.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), considera que o veto é um desrespeito ao Congresso e ao Judiciário. Com as declarações de Mantega, Virgílio já havia ameaçado paralisar votações e anunciou que vai se unir ao PFL para acelerar a apreciação do veto, por acreditar que tem condições de derrubá-lo, principalmente se o projeto anunciado não mantiver o espírito da Emenda 3. O ministro, porém, já considera a possibilidade de o projeto ser modificado no Congresso.

Pelas votações do projeto em dezembro, no Senado, e em fevereiro, na Câmara, Virgílio tem motivos para isso. A medida foi aprovada com um senador con-

trário no Senado e com o apoio de mais de 300 deputados.

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) declarou que o veto significa a prevalência do arbítrio do fisco sobre um direito dos profissionais liberais de escolher a melhor maneira de contratação.

– O que está em jogo é um princípio: se um fiscal da Receita tem o poder de desconsiderar o Judiciário. E ele não tem esse poder.

A situação repete, em vários aspectos, os debates em torno da Medida Provisória 232, de 30 de dezembro de 2004. Se, por um lado, a MP reajustou a tabela do Imposto de Renda (IR), por outro, compensou a perda de arrecadação com o aumento da tributação das empresas prestadoras de serviços.

Naquela época, a MP foi combatida por entidades, que mon-



Arthur Virgílio quer derrubada do veto por se tratar de afronta ao Judiciário e ao Legislativo

taram um movimento contrário à iniciativa. Como resultado, o governo, desgastado no Congresso e na sociedade, retirou a MP de discussão, reapresentando em outra MP os trechos referentes à atualização das faixas de aplicação das alíquotas do IR.

Na semana passada, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) também criticou um veto à medida.

## Dornelles quer mais proteção a contribuintes

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) apresentou quatro projetos em defesa dos interesses dos contribuintes. Três deles dizem respeito a recursos que o contribuinte pode fazer às autuações de fiscais fazendários, junto ao Conselho de Contribuintes, órgão do Ministério da Fazenda.

O primeiro projeto estabelece que a pessoa física com direito a restituição de Imposto de Renda (IR) poderá utilizar o valor para compensar imposto que tenha a pagar. O segundo projeto exclui a possibilidade de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, na hipótese de decisão de segunda instância ter negado provimento a recurso de ofício.

O terceiro projeto estabelece prazo de até 30 dias para formalização de acordãos para os conselheiros relatores e conselheiros designados dos conselhos de contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais. Também fixa prazo para intimação dos procuradores da Fazenda Nacional nesses colegiados. Atualmente, há casos em que autos de processos ficam à disposição

nas câmaras dos conselhos por mais de dois anos, sem que eles se disponham a tomar ciência do assunto. O último projeto veda à Fazenda Nacional a apresentação de recurso judicial em caso de decisão administrativa definitiva favorável ao contribuinte.

O senador ainda anunciou a apresentação de projeto que amplia às grávidas o direito de dedução no IR pelo dependente que irá nascer (nascituro). Segundo o Código Civil, a personalidade começa do nascimento com vida, mas a lei garante, desde a concepção, os direitos do nascituro.

– A intenção do legislador foi proteger o nascituro. No caso da gestação, são inúmeros os dispêndios, que não podem ser deduzidos como despesas médicas, como o enxoval do bebê, os móveis para acomodá-lo ou medicamentos. A própria gestante enfrenta novas despesas com alimentação e vestuário. A gestação pode implicar prejuízos no exercício do trabalho, diminuindo o rendimento e prejudicando o feto indiretamente – afirma.

## Disputa expõe diferentes visões de Estado

A discussão em torno da Emenda 3 ao projeto de lei que criou a Super-Receita expõe mais uma vez o confronto entre duas visões de Estado. De um lado, os que defendem maior poder de fiscalização e, conseqüentemente, de arrecadação para os órgãos do governo. No outro, os que querem menos intervenção em seus negócios e em sua liberdade como cidadão.

A emenda teve origem no Senado, onde, antes de aprovada, já causara controvérsia. De autoria do ex-senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o texto foi acatado pelo ex-senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) em relatório à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aprovado pelo Senado, apesar da resistência dos senadores do PT de São Paulo, Aloizio Mercadante, relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e Eduardo Suplicy.

– Com tal dispositivo, o fisco estará impedido de descaracterizar a personalidade jurídica de empresas "laranjas" e lançar o crédito tributário em nome dos verdadeiros donos do dinheiro, do sonegador. A emenda dificulta

ainda o combate ao trabalho escravo, às cooperativas fraudulentas e à terceirização irregular, pois incentiva empresas a demitir funcionários e contratar a empresa individual do antigo empregado – afirmou Suplicy em dezembro. Para ele, a lei já garante proteção ao contribuinte.

Mercadante advertiu que o conteúdo da Emenda 3 deveria ser objeto de uma lei própria.

– Há no Brasil 750 mil empresas de lucro presumido. Há uma série de situações em que, atrás de uma pessoa jurídica, está, na verdade, uma pessoa física. Não será simplesmente encaminhando à Justiça do Trabalho que vamos resolver a questão de maneira adequada – ponderou, anunciando que a Receita Federal apresentaria proposta sobre o assunto.

Na semana passada, o senador José Nery (PSOL-PA) deu eco a essa visão. Para ele, a manutenção da emenda favorece as irregularidades trabalhistas e o trabalho escravo. Com o apoio da senadora Fátima Cleide (PT-RO), ele defendeu o envio de projeto específico pelo Executivo sobre os prestadores de serviços.

Em sentido contrário ao defendido pelos petistas, o texto da lei que cria a Super-Receita incorporou ainda diversos dispositivos do chamado Código de Defesa do Contribuinte, nome dado ao projeto de lei do ex-senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que aumenta os poderes de cidadãos e empresas perante a Receita, entre outros agentes públicos (PLS 646/99). A matéria foi desarquivada no último dia 8 de março, a pedido da senadora Kátia Abreu (PFL-TO).

– A emenda teve o mérito de considerar a defesa do contribuinte e das relações contratuais e impede a fiscalização arbitrária, assegurando a livre iniciativa. Cabe à Justiça determinar se há ou não vínculo empregatício entre a pessoa jurídica e a empresa contratante. O veto vai ajudar a aumentar o desemprego na classe média – argumentou Arthur Virgílio em Plenário na semana passada.

Apesar de reconhecer a competência do comando da Secretaria da Receita Federal, Francisco Dornelles considera que o veto é uma vitória do corporativismo dos fiscais.

CRESCIMENTO Senadores querem inclusão de novas obras no plano de investimentos em transportes e energia

# Senado vai propor alterações no PAC

Uma semana antes de as medidas provisórias que compõem o PAC obstruírem as demais votações no Congresso (veja página ao lado), os ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do Planejamento, Paulo Bernardo, destinaram mais de quatro horas para apresentar detalhes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) aos senadores. Na audiência, realizada em Plenário, os senadores cobraram mais investimentos em seus estados e questionaram a possibilidade de o país suprir a demanda de energia necessária para o crescimento da economia. As condições macroeconômicas para o Brasil deslançar, como as taxas de juros, de câmbio e de inflação, também foram alvo dos debates.



Marconi (E), Dilma Rousseff, Mercadante, Mantega e Paulo Bernardo: esclarecimentos aos senadores

## Mantega: escrituração digital é o início da reforma tributária

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou que está em curso a implementação de um sistema público de escrituração digital, com cadastros unificados entre os governos estaduais, que aperfeiçoará o sistema tributário nacional e gerará desburocratização.

– O objetivo é generalizar a proposta para todo o sistema econômico. Será mais fácil para as empresas emitirem nota, e esse é o primeiro passo para a reforma tributária. O sistema tributário atual não ajuda a produção e o investimento, o empresário se vê em meio a um emaranhado de tributos, é preciso simplificar – disse.

Mantega explicou que o governo tem uma proposta de reforma pronta, com sugestões apresentadas pelos governadores, e sugeriu sua presença no Senado para debater a matéria. A reforma, avaliou, é um dos movimentos necessários para que o produto interno bruto (PIB) brasileiro cresça ao ritmo de 5% ao ano, como proposto pelo PAC.

Para o ministro, o principal instrumento para que o pacote lançado pelo governo realmente faça o Brasil crescer é o aumento dos investimentos privados e públicos e a remoção dos obstáculos que impedem essa realização.

## Estabilidade viabiliza elevação do PIB, afirma Paulo Bernardo

Segundo o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, melhorar o ambiente de negócios é fundamental para viabilizar o PAC. Para que os investimentos privados vingam, frisou, é preciso haver perspectiva de estabilidade e previsibilidade nas regras que interferem sobre os negócios, requisito para que o país possa elevar a taxa bruta de formação de capital fixo para 25% do produto interno bruto (PIB), indicador hoje situado ao redor de 20%.

Paulo Bernardo destacou também as medidas fiscais para melhorar o perfil das contas públicas, incluindo essas ações no rol das condições para melhorar o ambiente para os investimentos – já que a situação fiscal interfere na inflação e, em consequência, na política de juros. Segundo o ministro, as propostas que fixam regras para o aumento do salário mínimo e para reajustar os salários dos servidores vão na direção do controle dos gastos. Para o salário mínimo, projeto incluído no PAC prevê correção com base no PIB de dois anos antes, mais a inflação. Já para os salários dos servidores, a proposta em exame na Câmara dos Deputados prevê a concessão da inflação (IPCA), além de um ganho real de até 1,5%.

## Dilma Rousseff anuncia que obras poderão ser monitoradas

Um relatório de acompanhamento das obras do PAC será disponibilizado todo fim de mês pela internet, sendo que o primeiro já poderá ser acessado ainda em março. A informação foi prestada pela chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, que fez uma apresentação geral de todos os projetos no âmbito do programa, que devem absorver investimentos de R\$ 504 bilhões até 2010, entre recursos orçamentários, de empresas estatais e privados.

Dilma Rousseff salientou a importância do planejamento estratégico de médio e longo prazo para orientar as ações do governo e a atenção que está sendo dada à preparação de projetos, com a elaboração de todos os estudos necessários, inclusive no que diz respeito à questão ambiental.

– O país não pode deixar de investir tendo recursos para isso porque os projetos não foram providenciados – disse a ministra, ao ressaltar que o PAC é um programa que mobiliza investimentos em infraestrutura, associando a isso medidas de gestão para eliminar “gargalos” no setor.

A chefe da Casa Civil frisou ainda a importância da articulação entre a União, os estados e os municípios para o sucesso do programa.

## Senadores pedem investimentos em seus estados

Durante o debate com os ministros, muitos parlamentares lamentaram que, no PAC, tenham sido deixados de lado investimentos importantes para seus estados e regiões. Além disso, Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu investimentos para a geração de energia eólica, e Tião Viana (PT-AC) defendeu a realização de um PAC também da Saúde, com a votação da lei complementar à Emenda 29. Marisa Serrano (PSDB-MS) lamentou que o chamado PAC da Educação destina para a área apenas R\$ 8 bilhões. Dois senadores trataram da transposição do rio São Francisco. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) questionou se o governo tem interesse em arquivar a proposta e Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou a necessidade de realizar debates sobre a proposta.

## Dilma garante oferta de energia suficiente até 2010

O presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), mostrou-se preocupado com a existência de gargalos que, observou, podem comprometer o PAC. Entre os principais obstáculos, ele apontou problemas energéticos a serem enfrentados pelo país já a partir de 2009. Dilma Rousseff garantiu que a energia oferecida “será suficiente até 2010”, e que o atual governo aperfeiçoou os mecanismos de previsão no setor, “no sentido de assegurar a energia real, e não aquela colocada no papel”. Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou o uso de recursos de R\$ 5 bilhões oriundos do FGTS para financiar obras de infraestrutura, a serem definidas pelo PAC. Guido Mantega, em resposta, informou que os trabalhadores não sairão em desvantagem, uma vez que a aplicação será corrigida em 3% ao ano, acrescida da taxa referencial de juros.

## Impacto da política monetária é motivo de preocupação

Ao longo da audiência, vários senadores demonstraram preocupação em relação ao impacto da política monetária na contenção do crescimento econômico. Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que o real valorizado fará explodir a importação e lamentou que a previsão de que a taxa básica de juros (Selic) chegue aos 10% só em 2010. José Agripino (PFL-RN) destacou que a retomada do crescimento só poderá ocorrer quando for possível “domar” o câmbio, os juros e diminuir a carga tributária. Para Fernando Collor (PTB-AL), não se sabe o que poderá ocorrer se o superávit de 4,25% do PIB não for alcançado e como se comportará a taxa de juros nessa situação. Já Valdir Raupp (PMDB-RO) disse estar preocupado com a reindexação do salário mínimo e com os reajustes para o funcionalismo público.

## Mercadante alerta para valorização indevida do real

Aloizio Mercadante (PT-SP), autor do requerimento para a reunião conjunta que discutiu o PAC, afirmou que o programa está na direção certa, pois estabelece prioridades, abre o debate e gera um novo padrão de investimento público para alavancar o crescimento do país. Mas frisou que não haverá crescimento de 5% da economia, como o previsto, se não houver uma inflexão

na política monetária.

O senador pediu atenção para o fluxo de entrada de capitais, que está levando à valorização indevida do real, o que acaba afetando setores como o agrícola. Ele citou a indústria brasileira, que sofre com a concorrência chinesa e deu como exemplo o setor calçadista, cujas importações cresceram mais de 100% e o número de empregos caiu 13%.

## Marconi: temas fundamentais não foram contemplados

Para Marconi Perillo, há vários temas fundamentais que não foram contemplados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como as chamadas reformas estruturais, a política macroeconômica – em suas dimensões fiscal, monetária e cambial –, os gastos correntes do governo federal e o agronegócio.

O senador destacou que as

reformas política, tributária, previdenciária e trabalhista são indispensáveis para viabilizar o crescimento econômico.

– A carga tributária, as taxas de juros e a taxa de câmbio estão inibindo a competitividade do Brasil – disse, acrescentando que outro problema a ser solucionado são as despesas correntes do setor público, já que o governo “gasta mal”.

CRESCIMENTO As oito MPs do programa de crescimento têm prioridade de votação a partir desta segunda-feira

## Comissão aprova novo debate com ministros

A chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, e os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, voltarão ao Senado para continuar a detalhar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro pelo governo federal e que prevê investimentos de R\$ 503,9 bilhões em obras de infra-estrutura até 2010.

O convite foi aprovado na última quinta-feira, por unanimidade, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Os senadores argumentaram que na reunião realizada na terça-feira, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e com a presença

dos três ministros, não houve tempo suficiente para que os parlamentares esclarecessem todas as dúvidas com relação ao PAC.

Naquela oportunidade, eles tiveram três minutos, sem direito a réplica, para interpelar os ministros.

O presidente da CI, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), acredita que a nova audiência pública com os ministros – desta vez restrita aos membros do colegiado, em data ainda a ser definida – garantirá maior espaço de tempo para a formulação de perguntas e respostas.

Dessa forma, observa Marconi, os senadores terão condições de sair do encontro satisfeitos com a explanação do governo sobre o programa.

# Medidas do programa bloqueiam agenda

A partir desta segunda-feira, as oito medidas provisórias (MP) que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – além de outras 12 editadas no mesmo dia – passam a bloquear as votações na Câmara e no Senado, quando chegarem a esta Casa. Caso não sejam aprovadas ou rejeitadas até o dia 2 de abril, as MPs serão prorrogadas por 60 dias e continuarão a impedir a aprovação de outros projetos, inclusive os que aperfeiçoam a legislação da área de segurança pública, cujos pareceres foram acolhidos nos últimos dias pelas comissões permanentes.



Senadores aguardam a votação, pela Câmara, das proposições que visam acelerar o crescimento

A tarefa da Câmara e do Senado em relação às medidas do PAC não é pequena. Foram apresentadas 719 emendas somente às oito

MPs do PAC, que nos últimos dias suscitaram ainda reações de entidades e parlamentares contrários a iniciativas específicas, como o uso dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para investimentos em infra-estrutura.

Há ainda pelo menos quatro projetos de lei e dois projetos de lei complementar, além de outro que emenda a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em tramitação na Comissão Mista de Orçamento.

Acompanhe nos quadros abaixo a situação das proposições que integram o PAC.

## Veja as propostas do PAC que estão sendo analisadas no Legislativo

Todas são de autoria do Executivo e, até o momento, estão na Câmara dos Deputados (com exceção do PLN 1/07, que é votado pelo Congresso)

### Medidas provisórias

Medida	Assunto	Relator na Câmara	Tramitação	Emendas	Onde está*
Medida Provisória (MP) 346	Crédito de R\$ 452,2 milhões para a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e liquidação da Companhia de Navegação do São Francisco (Franave). (Veja a MP 353)	Milton Monti (PR-SP)	Urgência do rito especial das MPs, que tranca a pauta da Casa onde estiver tramitando após 45 dias de editada, ou seja, neste caso, a partir de 19 de março. As MPs têm prazo até 2 de abril, que pode ser prorrogado por 60 dias uma única vez.	35	Comissão especial / Plenário da Câmara
MP 347	Autoriza concessão de crédito do Tesouro Nacional de R\$ 5,2 bilhões à Caixa, para financiamento em saneamento básico e habitação popular.	Fernando de Fabinho (PFL-BA)		86	Comissão especial / Plenário da Câmara
MP 348	Institui o Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura, para projetos em energia, transporte, água e saneamento básico.	Armando Monteiro (PTB-PE)		35	Comissão especial / Plenário da Câmara
MP 349	Autoriza a transferência de R\$ 5 bilhões do patrimônio líquido do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para um fundo de financiamento de projetos em infra-estrutura.	Wilson Santiago (PMDB-PB)		89	Comissão especial / Plenário da Câmara
MP 350	Altera regras do Programa de Arrendamento Residencial, de 1999, antecipando a possibilidade de o mutuário comprar sua residência a partir do 5º ano do arrendamento também com recursos do FGTS. Hoje isso só é possível ao final dos 15 anos de contrato.	Dagoberto (PDT-MS)		37	Comissão especial / Plenário da Câmara
MP 351	Isenta do pagamento de PIS/Cofins recursos das empresas com projetos de infra-estrutura. Também amplia prazo para pagamento de impostos e contribuições. Neste caso, as perdas tributárias serão compensadas por ajustes à Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano. (Veja PLP 1/07)	Odair Cunha (PT-MG)		151	Comissão especial / Plenário da Câmara
MP 352	Cria incentivos para indústrias de semicondutores e displays, utilizados na TV digital. Institui programas de apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria de semicondutores e de equipamentos para TV digital.	Átila Lins (PMDB-AM)		54	Comissão especial / Plenário da Câmara
MP 353	Finaliza a extinção da RFFSA, repassando à União seus direitos, dívidas e obrigações, por meio de outra estatal, a Valec, responsável pela construção da Ferrovia Norte-Sul.	Jaime Martins (PR-MG)		232	Comissão especial / Plenário da Câmara

\* Obs.: Os pareceres sobre as MPs geralmente não são votados pelas comissões especiais e são apresentados e votados diretamente nos plenários da Câmara e do Senado.

### Projetos de lei

Medida	Assunto	Relator na Câmara	Tramitação	Emendas	Onde está
Projeto de Lei (PL) 7.709/07	Altera a Lei das Licitações (8.666/93), diminuindo prazos e simplificando procedimentos. Possibilita o uso de sistemas eletrônicos, inclusive via internet, em todas modalidades de licitação. Inclui o pregão como nova modalidade para compra de bens e serviços. Cria o Cadastro Nacional de Registros de Preços.	Márcio Reinaldo (PP-MG)	Urgência constitucional (O relator pediu a retirada da urgência)	126	Comissão especial
PL 1/07	Institui política para reajuste do salário mínimo de 2007 a 2023, assegurando ganhos acima da inflação. Fixa o mínimo em R\$ 380 em 1º de abril de 2007. A partir de 2008, o valor terá base na variação da inflação nos 11 meses anteriores, mais a variação do produto interno bruto (PIB) dois anos antes. A partir de 2010, o aumento vigorará em janeiro.	Roberto Santiago (PV-SP)	Urgência (pedida pelos líderes em 14 de março)	6	Comissão especial
PL 5.877/05	Reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, alterando a Lei de Defesa da Concorrência e regulamentando a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica. Cria 200 cargos de especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.	Ciro Gomes (PSB-CE)	Prioridade	0	Comissão especial
PL 6.673/06	Dispõe sobre transporte, armazenagem e comercialização de gás natural. Chamado de Lei do Gás, o projeto dá concessão, por 35 anos, para construção e operação de gasodutos.	João Maia (PR-RN)	Prioridade (líderes pediram urgência em 14 de março)	241	Comissão especial
Projeto de Lei Complementar (PLP) 388/07	Trata da harmonização da legislação ambiental para cooperação da União, estados e municípios nessa área. A intenção é agilizar processos de licenciamento ambiental para empreendimentos, especialmente de infra-estrutura.	Não designado	Prioridade	0	Comissão de Agricultura
PLP 1/07	Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para estabelecer que, de 2007 a 2016, a correção dos salários do funcionário público não poderá exceder a variação do IPCA (índice oficial de inflação) no ano mais 1,5%. Fica excluído o impacto financeiro da substituição da mão-de-obra terceirizada.	José Pimentel (PT-CE)	Prioridade (líderes partidários pediram urgência em 14 de março)	0	Comissão especial; terá cinco audiências públicas.
Projeto de Lei do Congresso (PLN) 1/07	Altera a LDO para 2007 (Lei 11.439/06), permitindo o investimento de 0,5% do superávit primário no Projeto Piloto de Investimentos Públicos (PPI), o que corresponde a mais de R\$ 11 bilhões em 2007. Limita ainda a despesa do Estado com viagens em 2007.	Não designado	Rito ordinário	79	Comissão de Orçamento

\* Obs.: Os projetos submetidos a comissões temáticas ou especiais precisam passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara antes de serem votados no Plenário daquela Casa.

## COMISSÕES

MANDO CUNHA/FICKR



A cidade de Imperatriz, às margens do rio Tocantins, pode se tornar a capital do novo estado

## Aprovado plebiscito sobre Maranhão do Sul

Os eleitores do Maranhão poderão ir às urnas para decidir, em plebiscito, sobre a criação do estado do Maranhão do Sul. A proposta foi aprovada na última quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que acolheu parecer de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) a projeto de decreto legislativo cujo primeiro signatário é o senador Edison Lobão (PFL-MA). A proposição determina a realização da consulta popular pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Pelo projeto (PDL 2/07), o novo estado teria como capital a cidade de Imperatriz e uma área de quase 150 mil quilômetros quadrados, tornando-se o quinto estado nordestino em tamanho, com mais de 1 milhão e 100 mil habitantes, distribuídos por 49

municípios.

Segundo o autor da proposta, a criação do novo estado em nada prejudica a população do Maranhão que remanescer da divisão pretendida.

– Entendemos que essa divisão territorial poderá beneficiar toda a população do atual estado do Maranhão, em razão de ser previsível que os efeitos econômicos do aporte de recursos do novo estado venham a repercutir além dos limites territoriais da parte que será desmembrada – explica Lobão.

Com base no parecer de Mozarildo, somente poderá participar do plebiscito o eleitor cuja inscrição ou transferência de domicílio eleitoral para o Maranhão tiver sido requerida até 150 dias antes da realização da consulta. O relator lembrou ainda que somente

após o resultado do plebiscito, e se esse for favorável ao novo estado, será ouvida a Assembléia Legislativa maranhense e, posteriormente, poderá ser apresentado projeto de lei complementar ao Congresso Nacional propondo o desmembramento.



Lobão é o primeiro signatário da proposta sobre a consulta popular, acolhida pela CCJ

## Projeto autoriza TST a criar 1.119 novos cargos e funções

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ao projeto que cria 1.119 novos cargos e funções no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Desse total, 324 são para analista judiciário, 169 para técnico judiciário, 88 para cargos em comissões e 538 para funções comissionadas. Também foi aprovado requerimento de Demostenes Torres (PFL-GO) para que a matéria seja analisada pelo Plenário em regime de urgência.

Em seu parecer, Mercadante lembrou que, em 2004, o número de ministros do TST aumentou de 17 para 27, para atender à crescente demanda da instituição. Ele lembra que, em 2006, o tribunal recebeu 154.463 processos, número bastante superior ao de 1990, quando foram autuados 20.276 processos.

– Houve aumento da estrutura do Tribunal Superior do Trabalho, fazendo-se necessário dar à Corte condições para o seu adequado funcionamento – justificou.

## Paraenses poderão ter nova universidade

Foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer favorável a projeto que autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), no município de Santarém. O projeto (PLS 213/06), que ainda será votado pelo Plenário, é de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e teve como relator o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

## Licença para TV via satélite gera polêmica

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou requerimento para ouvir em audiência pública o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Plínio de Aguiar Júnior. Ele deverá prestar informações sobre a aprovação da licença obtida no último

dia 7 pela empresa Telefônica, para prestação de serviço de TV por assinatura via satélite (direct to home, DTH). Na prática, a empresa de telefonia passa a operar no mercado de TV paga. O autor do requerimento é o presidente da comissão, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), que considerou

o ato uma “competição absurda”. O parlamentar destacou que a TV via satélite permite que a compra e o trabalho de legenda dos filmes sejam executados no exterior, o que, na sua avaliação, afeta o mercado de trabalho, por não utilizar mão-de-obra brasileira, entre outras conseqüências.

## Senadores criam CPI para investigar ação de ONGs

O 2º vice-presidente da Mesa do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), na presidência dos trabalhos na quinta-feira, leu o requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais e Organizações da Sociedade Civil, denominada CPI das ONGs. A partir de agora, os líderes devem fazer a indicação dos parlamentares que irão compor a comissão. O requerimento conta com 77 assinaturas, número superior ao requerido para criar uma CPI, que é de 27 assinaturas.

A comissão, conforme consta do requerimento lido por Alvaro, irá investigar a utilização dos recursos destinados a essas entidades pelo governo federal, tanto no Brasil como no exterior, entre o início de 2003 e dezembro de 2006. A CPI contará com R\$ 100 mil para a realização dos seus trabalhos.

Heráclito Fortes (PFL-PI), autor do requerimento, agradeceu ao presidente da Casa, Renan Calheiros, e aos demais parlamentares pela manifestação do desejo de fiscalizar as ONGs e organizações da sociedade civil

de interesse público (Oscips).

– A CPI é para produzir efeito benéfico ao país e para separar o joio do trigo – disse, numa referência às instituições que não prestam, como se supõe, serviços de interesse público ao país.

Heráclito informou que concorda com proposta da base governista, que pretende estender o período de investigação da comissão, incluindo os repasses feitos às ONGs a partir de 1999.

– Faço esse registro na esperança de que os partidos cumpram os acordos e façam as indicações para a instalação da CPI – afirmou.



Heráclito Fortes concordou em remontar as investigações a 1999, antes do governo Lula

## CPI dos Correios cobra tramitação dos projetos

Alvaro Dias (PSDB-PR) informou que os parlamentares da CPI dos Correios encarregados de apresentar resultados dos trabalhos do colegiado pretendem conversar com o presidente do Congresso, Renan Calheiros, para pedir seu apoio no sentido de agilizar a tramitação dos projetos sugeridos no relatório final.

Dentre as recomendações do relatório, destacam-se as sugestões de alterações na legislação de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Os deputados e senadores concluíram pela apresentação de dez projetos de lei, cinco propostas de emenda à Constituição e um projeto de resolução. Apenas uma dessas matérias foi aprovada pelo Senado, o PLS 229/06, que altera a Lei Complementar 105/01, com o objetivo de melhorar a fiscalização sobre os

fundos de previdência complementar. O projeto ainda precisa ser apreciado pela Câmara.

Alvaro acrescentou que também compete ao presidente do Congresso cobrar oficialmente das demais instituições que foram provocadas pela CPI.

– Até agora, quase não recebemos respostas aos encaminhamentos, mas a lei [Lei 10.001/00] estabelece que os órgãos aos quais o relatório foi enviado prestem contas a cada seis meses – ressaltou.

O relatório, disse, concluiu pela responsabilização civil e criminal de mais de cem pessoas, tarefa que cabe ao Ministério Público. O órgão chegou a apresentar denúncia ao Supremo Tribunal Federal contra 40 pessoas envolvidas no mensalão, mas ele destaca que ainda há muitas pessoas por indiciar.

## Lançada frente parlamentar em defesa das pequenas empresas

Foi lançada na quarta-feira, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar em Defesa das Micro e Pequenas Empresas. Participaram do evento os senadores Adelmir Santana (PFL-DF) e Renato Casagrande (PSB-ES), o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, os deputados José Pimentel (PT-CE) e Carlos Melles (PFL-MG), o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, e líderes do setor.

Segundo Adelmir, presidente

do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae, o principal objetivo da frente é zelar pela correta regulamentação dos dispositivos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, sancionada em dezembro de 2006.

– Trata-se de uma revolução silenciosa na questão tributária brasileira – disse Adelmir, explicando que, ao aumentar as possibilidades de formalização de empreendedores, a lei permitirá o aumento da base contributiva, o que, por sua vez, viabilizará a redução da carga tributária.

SEGURANÇA PÚBLICA Congresso agiliza discussão e votação de medidas voltadas para a redução da criminalidade

## Desvio na educação e na saúde terá punição maior

Por 15 votos favoráveis, a CCJ acolheu, em decisão terminativa, projeto de lei que altera a Lei 8.429/92, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, para aumentar as sanções nos casos de enriquecimento ilícito e lesão ao erário em que estejam envolvidas verbas públicas destinadas à saúde e educação. O PLS 119/05 é do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) e foi relatado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

— Tais áreas são reconhecidamente carentes no país, não se podendo admitir o desvio ou malversação de recursos a elas dedicados — afirmou Papaléo.

Nos casos de enriquecimento ilícito, as penas para a suspensão de direitos políticos passam dos atuais oito a dez anos para dez a 12 anos, um aumento de 25% e 20%, respectivamente, das penas mínima e máxima. Outra mudança é quanto ao pagamento de multa civil, que é atualmente de até três vezes o valor do dano. Pelo projeto, será de até quatro vezes o valor do acréscimo patrimonial, um aumento de um terço ou de 33%.

Quem desobedecer a proibi-

ção de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios sofrerá a pena de 12 anos de suspensão dos direitos políticos. Atualmente, essa pena é de dez anos, obtendo, portanto, com o projeto, um incremento de 20%.

### Multas e penas serão aumentadas

Nos casos de lesão ao erário, as penas para a suspensão dos direitos políticos aumentarão dos atuais cinco a oito anos para oito a dez anos, um aumento de 60% e 25%, respectivamente, das penas mínima e máxima. Quanto ao pagamento de multa civil, que atualmente é de até duas vezes o valor do dano, o projeto estabelece que seja até três vezes o valor do dano, um aumento de 50%.

Ainda nos casos de lesão ao erário, para quem desobedecer a proibição de contratar o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, o projeto aumenta a pena dos atuais cinco anos para oito anos, um incremento de 60%, conforme explicou a relatora da matéria.

## Alagoas reage com ação integrada entre governos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou de reunião no Ministério da Justiça em que ficou decidida a criação de um gabinete de gestão integrada para combater o crime em Alagoas. Com a presença do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o gabinete foi instalado na quinta-feira, em Maceió, para identificar as causas do recrudescimento do crime no estado e traçar um plano de ação.

Além de Renan e Thomaz Bastos, participaram da reunião o governador do estado, Teotônio Vilela Filho, os senadores João Tenório (PSDB-AL) e Romeu Tuma (PFL-SP), o deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL), o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, o secretário Nacional de Segurança Pública, Robson Robin, e o prefeito de Arapiraca, Luciano Barbosa.

Renan anunciou que esse grupo de ação integrada promoverá a atuação conjunta da

polícias Federal, Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério Público e do Poder Judiciário naquele estado. O último crime a convulsionar Alagoas foi o seqüestro do juiz Paulo Zacarias, libertado na quarta-feira.

— Alagoas vive um momento de apreensão. Esses seqüestros mostram que, além do crime em si, há uma intenção de afrontamento às instituições. Vamos iniciar agora uma nova etapa na questão da segurança pública no estado — disse o governador alagoano.

Renan também está confiante na ação do gabinete de ação integrada.

— É muita coincidência serem seqüestrados ao mesmo tempo três membros do Judiciário, Poder que foi fundamental no passado no combate ao crime organizado e no desmantelamento de parcelas do crime que dominavam o estado — enfatizou Renan.



Renan (E) e o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (D), se reuniram com Márcio Thomaz Bastos (de costas)



Demostenes (C), relator, deu parecer favorável à proposta na CCJ, que agora será votada em Plenário

## CCJ aprova fundo de combate à violência

A ofensiva contra a violência e a proteção às vítimas da criminalidade poderão contar com recursos da ordem de R\$ 2,5 bilhões anuais até 2020, conforme decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). À exceção do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que se absteve, os demais senadores presentes à reunião da CCJ, na quarta-feira, aprovaram parecer favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC 5/07) que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da CCJ. O relatório do senador Demostenes Torres (PFL-GO) agora será votado em Plenário.

Pela proposta, o fundo a ser criado no âmbito do Poder Executivo federal será regulamen-

tado por lei complementar. Está previsto um conselho consultivo e de acompanhamento com representantes da sociedade civil.

Segundo explicou o relator, o objetivo é viabilizar ações preventivas que garantam níveis dignos de segurança pública e destinar recursos para o apoio emergencial e permanente às vítimas da violência e aos agentes do poder público diretamente envolvidos no combate à criminalidade e na defesa da sociedade civil.

Pelo texto aprovado, 75% dos recursos do fundo serão provenientes dos produtos e bens arrecadados pela União em processos legais contra criminosos envolvidos em contrabando de armas e munições,

lavagem de dinheiro, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e outros ilícitos a serem indicados na lei complementar. O restante será oriundo de 2,5% da arrecadação do Imposto de Renda, dotações orçamentárias, doações e outras

receitas. Pela proposta, serão criados fundos congêneres nos estados, Distrito Federal e municípios, para vigorar também até 2020.

### 75% dos recursos do fundo viriam de bens retomados de criminosos

A reunião da CCJ foi presidida pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS). Antes da votação ele telefonou para Antonio Carlos, que se recupera de uma pneumonia. Segundo Valter Pereira, o senador baiano lhe disse que, mesmo ausente, gostaria que a matéria fosse votada.

## Pena severa para uso de menor em crime

Outra decisão da CCJ, esta em caráter terminativo, foi a de aceitar mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) para punir com reclusão de quatro a 15 anos e multa quem utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, estupro e atentado violento ao pudor.

### Projeto agora seguirá para exame na Câmara dos Deputados

A pena poderá ser aumentada em um terço se a criança ou adolescente sofrer lesão corporal grave, e duplicada no caso de sua morte.

O projeto (PLS 118/03), do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), teve parecer favorável do relator Demostenes Torres (PFL-GO) e já havia sido discutido na comissão. Em fevereiro deste ano, também em decisão terminativa, foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A matéria voltou à CCJ para a

elaboração, correção e aprovação do texto final, que agora será remetido ao exame da Câmara dos Deputados.

Mercadante comentou que seu projeto foi apresentado num momento em que a participação de menores em atividades delituosas aumentou significativamente, ao mesmo tempo em que cresce a atuação do crime organizado.

— Para enfrentar essa situação, alguns setores da sociedade têm proposto reduzir a idade penal, o que nos parece equivocado desde vários pontos de vista, porque não ataca as raízes do problema, mas sim suas manifestações — afirmou Mercadante.

## Lei das organizações criminosas será votada na quarta

Nesta quarta-feira, a CCJ vai examinar projeto que define o crime organizado e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção de provas, os delitos correlatos e o procedimento a ser aplicado a esse tipo de prática.

Na semana passada, foi concedida vista coletiva do projeto (PLS 150/06) a vários senadores, após a apresentação do relatório do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), com várias modificações à proposta original, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Com base nas alterações sugeridas, a expressão “crime organizado” será substituída por

“organização criminosa”, definida como a associação de três ou mais pessoas com o objetivo de praticar um ou mais dos vários crimes discriminados na nova legislação, como o tráfico ilícito de drogas, armas e partes do corpo; o terrorismo; a extorsão mediante seqüestro; a lavagem de dinheiro; o homicídio qualificado e os crimes contra o meio ambiente e o patrimônio cultural.

A pena prevista para o crime de organização criminosa será de cinco a dez anos de reclusão, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes aos demais crimes praticados. No entanto, a

pena pode ser aumentada de um terço até a metade, caso a organização criminosa seja constituída por mais de 20 pessoas, se houver o emprego de arma de fogo ou a participação de funcionário público, criança ou adolescente na quadrilha. Os comandantes da organização criminosa terão a pena aumentada da metade.

Ainda de acordo com o projeto aprovado, o interrogatório do acusado poderá ser realizado por meio de videoconferência ou diretamente no estabelecimento penal, em sala própria, desde que garantida a segurança do juiz e dos demais participantes.

MEIO AMBIENTE Deputado Eduardo Gomes preside Comissão Mista sobre Mudança Climática e Fernando Collor é vice

# Risco de aquecimento une Senado e Câmara

**D**urante a primeira reunião da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, senadores e deputados elegeram, em votação simbólica, o deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) como presidente do colegiado, o senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL) como vice-presidente e Renato Casagrande (PSB-ES) como relator. Romeu Tuma (PFL-SP) iniciou a reunião e promoveu a eleição. Nesta terça-feira, a comissão se reúne para elaborar a agenda de trabalhos.

O colegiado aprovou requerimento de Collor, sugerindo a realização, em 2012, no Rio de Janeiro, da 3ª Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio+20), nos mesmos moldes do encontro ocorrido na capital carioca em 1992. Proposta de igual teor também foi acolhida pela Comissão de Serviços de

Infra-Estrutura (CI).

A comissão mista acolheu ainda a sugestão do deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) de ampliar a composição do colegiado dos atuais sete deputados e sete senadores para 11 representantes de cada Casa.

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, participou do começo da reunião e disse que a Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas nasceu em virtude da sensibilidade dos parlamentares para o tema.

Para Chinaglia, o aquecimento global está colocando em risco toda a humanidade. De acordo com o deputado, mesmo que determinados estudos apontem que alguns prejuízos ambientais são irreversíveis, o papel do Parlamento e dos brasileiros é lutar pela preservação, “para evitar mais estragos”.

Ao assumir a presidência dos

trabalhos, Eduardo Gomes afirmou que a comissão servirá para aprofundar os debates no Congresso, de forma a subsidiar os parlamentares na apreciação de projetos referentes a questões climáticas.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) adiantou que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, será convidada para debater, na comissão, os problemas ambientais. Ele ressaltou que as mudanças climáticas e o aquecimento global são “questões alarmantes” não só para o Brasil, mas para todo o planeta. Delcídio Amaral (PT-MS) destacou a “extrema relevância” do novo colegiado. Ele propôs que a comissão tenha um cronograma de trabalho “rigoroso e denso” e disse que os temas ambientais estarão entre as pautas mais importantes do Congresso nos próximos anos.

## Prioridade para aperfeiçoamento de leis

O relator Renato Casagrande destacou que o objetivo da comissão mista é manter aceso o debate sobre as questões climáticas, promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental e acompanhar as ações do Executivo e as discussões internacionais sobre o tema.

O deputado Sarney Filho (PV-MA) afirmou que a grande questão mundial hoje é o aquecimento global. O ex-ministro do Meio Ambiente informou que as queimadas na Amazônia são

as principais responsáveis pela emissão de gases tóxicos no Brasil. O deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse esperar que o colegiado ajude o governo federal na elaboração de políticas ambientais.

A Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas foi criada por ato conjunto dos presidentes das duas Casas do Congresso e destina-se a monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. O colegiado tem prazo de fun-

cionamento até 22 de dezembro deste ano.

Na exposição de motivos que resultou na criação da comissão, Sarney Filho lembra que foi o aumento da concentração dos gases na atmosfera, com o conseqüente aquecimento global, que despertou esforços internacionais que culminaram na assinatura do Protocolo de Kyoto. Com a ratificação desse acordo pela Rússia, em novembro de 2004, o texto entrou em vigor em fevereiro de 2005.

## Subcomissão estudará gestão de usinas de lixo

A Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou requerimento do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) para criação de subcomissão temporária destinada a estudar o gerenciamento dos resíduos sólidos. Na avaliação do senador, os chamados “lixões” representam não somente problemas de saúde pública e agressão ao meio ambiente, mas sobretudo uma chaga social, em face das inúmeras famílias que gravitam em torno desses depósitos, sobrevivendo de maneira desumana.

A subcomissão será composta de cinco membros titulares e cinco suplentes, com prazo de funcionamento previsto para 12 meses. Além de analisar a situação ambiental e social decorrente dos “lixões”, o colegiado deverá apresentar propostas a serem adotadas pelos municípios a fim de transformar tais depósitos em aterros sanitários. O comprometimento das prefeituras deve incluir ainda projetos de reciclagem e de produção de energia elétrica, de acordo com o autor do requerimento.

Durante a discussão da proposta, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) lembrou que lixo representa fonte de bioenergia e que a exploração dessa fonte pode até se beneficiar de programas de créditos de carbono.

– Seu aproveitamento adequado significa proteção do meio ambiente e geração de renda, como já acontece em Nova Iguaçu (RJ), onde um projeto



Reciclagem de materiais e criação de aterros sanitários: solução para os “lixões” do país

pioneiro está em fase de implantação para obter créditos de carbono – disse. A iniciativa citada por Serys foi objeto de matéria publicada na última edição semanal do Jornal do Senado.

César Borges (PFL-BA) defendeu a ação do governo federal na luta para acabar com os “lixões”. O parlamentar sugeriu que os depósitos sejam transformados em aterros sanitários com reciclagem de materiais mediante a execução de programas governamentais que incluam a participação da população das cercanias, em sistema de parceria.

Na mesma reunião, a CMA aprovou um segundo requerimento de Lucena, para a realização de uma auditoria pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na Secretaria Municipal de Saúde de Salvador. O objetivo é investigar a aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) nos anos de 2005 e 2006.

O presidente da CMA, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), lembrou que no dia 15 último foi comemorado o Dia Internacional do Consumidor.



País deveria usar seu peso político na área ambiental para iniciar atualização do Protocolo de Kyoto, defende José Goldemberg

## Goldemberg: Brasil pode liderar novas negociações

O Brasil deveria usar o seu peso político na área ambiental para garantir o início das negociações destinadas a atualizar o Protocolo de Kyoto, recomendou na última quarta-feira o físico José Goldemberg, durante audiência pública promovida pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional de Mudanças Climáticas, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ele recordou que as metas do acordo internacional esgotam-se em 2012.

O Protocolo de Kyoto, que entrou em vigor em 2005, ainda não foi ratificado pelos Estados Unidos, responsáveis – como lembrou o físico – por 23% das emissões de gases que causam o efeito estufa. O governo norte-americano resiste a aceitar metas para a emissão desses gases enquanto países como a China – responsável por 17% das emissões – também não o

fizerem. Por outro lado, a China e outros países em desenvolvimento evitam falar de metas enquanto os Estados Unidos não aderirem ao protocolo.

– Estamos no pior dos mundos, em que um lado culpa o outro. O Brasil pode exercer um papel de liderança e tentar quebrar essa dicotomia, para que se estabeleça uma discussão conseqüente – sugeriu.

Para Goldemberg, é urgente que se estenda o raio de ação do atual protocolo de mudança climática. Segundo o texto em vigor, deve ser promovida até 2012 uma redução na emissão dos gases para 5,2% abaixo das emissões em 1990 – o que corresponderia a uma redução real de 20% das atuais emissões. Movimentos ambientalistas querem a redução em 60% das emissões até 2050. Embora considere a proposta improvável, o professor defende uma meta ao menos próxima dessa.

## Maciel quer país como sede de órgão ambiental da ONU

Marco Maciel (PFL-PE) defendeu a instalação no Brasil de um órgão setorial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o meio ambiente. A medida, opinou, poderia representar um reconhecimento internacional do papel exercido pelo país na questão ambiental, desde que foi a sede, em 1992, da Conferência de Cúpula da ONU para o Meio Ambiente.

– É hora de o Brasil assumir uma atitude mais ousada e mais ativa na questão ambiental – sugeriu Maciel, durante audiência da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional de Mudanças Climáticas, que contou com a presença do físico José Goldemberg.

Em resposta, Goldemberg lembrou que o governo brasileiro deixou passar uma oportunidade nesse sentido durante a própria Rio-92, ao não se apresentar como candidato a sede de um organismo da ONU

na área do meio ambiente. O único caminho para se atender à sugestão de Maciel, disse o professor, seria instalar no Brasil o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), cujo secretariado encontra-se atualmente em Nairóbi, no Quênia. O Pnuma, ressaltou, deverá ser transformado em uma agência da ONU.

O presidente da subcomissão, Fernando Collor (PTB-AL), elogiou a iniciativa de Maciel. Wellington Salgado (PMDB-MG) manifestou sua preocupação com as conseqüências sobre o meio ambiente da instalação de diversas usinas de produção de álcool no Triângulo Mineiro. Marconi Perillo (PSDB-GO) informou que aumentou de 1% para 5% o percentual de áreas protegidas em Goiás, nos oito anos em que foi governador. Já Mão Santa (PMDB-PI) disse que a única secretaria criada em seu governo, no Piauí, foi a de Meio Ambiente.



MEIO AMBIENTE Senador diz que preservação ambiental deve levar em conta a qualidade de vida das pessoas

RENATO CASAGRANDE

# Fator humano no centro do debate

**E**ngenheiro florestal e ex-secretário municipal de Meio Ambiente, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) acha que a questão ambiental é uma preocupação também econômica, de sobrevivência do ser humano.

“Só temos condições de preservar

o meio ambiente se houver compatibilidade com a qualidade de vida das pessoas”, diz o parlamentar, que preside a Subcomissão Permanente de Aquecimento Global da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA).

Na semana passada, Casagrande foi

escolhido relator da Comissão Mista Especial de Aquecimento Global, que reúne senadores e deputados. Ele falou ao *Jornal do Senado* sobre as perspectivas de trabalho desses colegiados e analisa mudanças necessárias para a alteração do atual cenário de aquecimento global.

Com a instalação da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas na semana passada, como ficará o trabalho das duas subcomissões instaladas no Senado como o mesmo fim?

Eu defendo e já conversei com o presidente da outra subcomissão [senador Fernando Collor], e irei falar com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e ainda com os presidentes das comissões de Meio Ambiente e de Relações Exteriores que acho fundamental concentrarmos o trabalho em comissão única. Já propus também ao deputado Eduardo Gomes, que é o presidente da comissão mista, que possa tratar isso com o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e com os presidentes das subcomissões instaladas naquela Casa. É mais racional a concentração e a unificação do trabalho, para que possamos aproveitar melhor, inclusive com mais peso político, o tempo dos ministros, técnicos e pesquisadores que estão sendo convidados a prestar esclarecimentos e informações ao Congresso Nacional. Minha expectativa é de que possamos ir caminhando num processo de desativação das subcomissões para concentrarmos os trabalhos na comissão mista. Mas é lógico que isso depende de cada subcomissão, que tem um trabalho independente. É só uma proposta.

O sr. foi escolhido como relator da comissão mista. Que resultados devem ser esperados desse colegiado?

A comissão tem como primeiro objetivo manter o debate sobre o aquecimento global presente na sociedade brasileira. O Congresso Nacional funciona como um fórum e um ambiente de repercussão naquilo que faz. Segundo, estaremos acompanhando, cobrando e fiscalizando as ações dos governos – federal, estaduais e municipais –, o trabalho de setores produtivos e as ações que têm como objetivo reduzir o desmatamento. Vamos a alguns estados do Norte, onde o desmatamento é maior, a São Paulo, para debater em audiência pública a questão da poluição industrial, ou seja, teremos de andar um pouco pelo Brasil para que possamos levar a todas as regiões esse debate e a necessidade de aplicação de políticas relacionadas ao tema.

O que é preciso fazer de imediato para retirar o Brasil da quarta posição no ranking mundial de emissão de gases de efeito estufa?

Queremos que o governo reative o Fórum do Aquecimento Global. Em reunião do conselho político da base do governo, eu sugeri ao presidente Lula, que preside o fórum, que pudesse reuni-lo neste momento, porque ele pode ajudar nesse debate, até porque Lula é um defensor do biodiesel, que é uma tecnologia que o Brasil domina. Vamos pedir que o Brasil possa manter sua posição perante os outros países de responsabilidade compartilhada, já que



J. FREITAS

Casagrande adverte que manutenção da cultura de consumo elevado implica busca de novos métodos de produção

todos têm que trabalhar para a redução dos gases de efeito estufa, mas de forma diferenciada entre desenvolvidos e em desenvolvimento. E o Brasil precisa cobrar com veemência dos países desenvolvidos a transferência de tecnologia e o fortalecimento dos mecanismos de desenvolvimento limpo, que geram a comercialização dos créditos de carbono, para financiar projetos importantes aqui no Brasil e em outros países em processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, independentemente de ter responsabilidade com o Protocolo de Kyoto, o Brasil precisa de uma política de redução das emissões, mesmo que nossa responsabilidade não seja tão grande como a dos Estados Unidos, China e países da Europa.

Hoje faltam políticas públicas contundentes na área ambiental?

O Brasil avançou em algumas áreas, como a do biocombustível – já que o país é hoje o mais avançado nessa área, o que significa um diferencial vantajoso. Tem se esforçado para reduzir o desmatamento e tem conseguido resultados, mas o país ainda vive efetivamente esse problema. Precisamos de um grande mutirão, que envolva todos os níveis de governo, com diversos órgãos, de forma articulada, para que o desmatamento chegue a zero, o que é fundamental para todos os ecossistemas, como o Cerrado, o Pantanal, a Amazônia, a Mata Atlântica.

Mas como conseguir isso?

Podemos conseguir de algumas maneiras. Se for preciso envolver as Forças Armadas nessa vigilância, que seja feito. Precisamos de estrutura para os órgãos

de fiscalização, porque sabemos onde há desmatamento e queimada, uma vez que os satélites hoje conseguem ler até uma mensagem em camiseta. Então, os satélites cobrem o Brasil de ponta a ponta, de período em período. Há necessidade de se diminuir a corrupção, que ainda é muito forte nessa área da fiscalização. E é importante se debater também um mecanismo de sobrevivência para as pessoas que moram em áreas com percentual de florestas muito grande, como no Amazonas. Além disso, é preciso haver trabalho articulado entre os países da floresta amazônica, nossos vizinhos. A comissão mista poderá ajudar nesse trabalho de articulação com os demais países para uma ação conjunta no combate ao

desmatamento. Outra ação é a legislativa. Temos de preparar nossa legislação, de forma que as empresas e as pessoas possam se adaptar a essa nova cultura do consumo, da eficiência energética, o uso alternativo de energia. É preciso haver incentivo na área tributária para os setores que estão dando sua contribuição na redução da emissão de gases de efeito estufa e penalizar os que não contribuem. Quem quiser comprar um carro grande, com alta potência, que compre, mas pague imposto alto. É o princípio do poluidor pagador.

Quando o sr. afirma que quem polui tem de pagar, como fica a questão do desenvolvimento econômico com relação ao meio ambiente?

É possível trabalhar as duas coisas juntas. Não com proteção integral do meio ambiente, porque onde tem o homem tem a destruição ambiental, infelizmente. Mas é possível compa-

tibilizar nossa qualidade de vida, no padrão que exigimos de consumo, com o uso de novas tecnologias. Nesse atual padrão de consumo de energia, não. No padrão dos americanos, não. E a minha preocupação é que países com populações muito grandes, como China e Índia, caminham para um consumo de padrão americano, mas o planeta não suporta esse gasto de energia. Então o incentivo e o investimento em novas tecnologias de eficiência energética é essencial. Precisamos compreender que, para manter essa cultura de consumo elevado, devemos buscar novos métodos de produção.

O sr. e outros parlamentares sugeriram ao Executivo, por meio de requerimento aprovado na comissão mista, que seja realizada, em 2012, a 3ª Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio+20. O que se pode esperar dessa conferência?

Seria uma conferência para preparar os países para um novo acordo mundial com relação às emissões de gases de efeito estufa. Quando se anuncia uma conferência mundial, você força os países a se prepararem para o evento, de forma a apresentarem resultados. Isso mobiliza. É salutar vermos os países da Comunidade Européia estabelecer uma redução de 20% dos gases de efeito estufa até 2020, com referência a 1990. É salutar vermos a posição da Inglaterra, de reduzir esses gases em até 60%, até 2050. Diversos países estão se mobilizando, mas os Estados Unidos não. A China ainda precisa ter consciência coletiva do seu papel nesse novo momento. Então uma conferência mundial obriga e força os países a se prepararem para um novo acordo de metas.

## COMISSÕES

# Projeto flexibiliza os fundos constitucionais

Os setores de comércio e de serviços foram incluídos entre aqueles que podem ser financiados com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste. Projeto de lei do ex-senador Paulo Octávio propondo a inclusão teve parecer favorável aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e, se não houver recurso para votação em Plenário, será enviado ao exame da Câmara dos Deputados.

O parecer pela aprovação do

projeto (PLS 364/03) incluiu emenda do relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que estendeu aos fundos constitucionais do Norte e do Nordeste a mesma possibilidade de financiar projetos nas áreas de comércio e serviços, sem limite de alíquotas.

Ao defender sua emenda, que qualificou de igualitária, Garibaldi disse que a proposta original visava acomodar a vocação especial do Distrito Federal para os setores de comércio e serviços, mas argumentou que a medida podia

e devia ser estendida aos demais fundos constitucionais, dando a mesma oportunidade a regiões que, embora diferentes, enfrentam problemas semelhantes.

A presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), explicou que caberá aos conselhos deliberativos, que regem os fundos em cada estado, a deliberação sobre os setores a serem financiados.

– Se o DF tem vocação para os setores de comércio e de serviços, não de agricultura ou indústria, o conselho terá liberdade para atender. Trata-se de desengessar o funcionamento dos fundos, dando mais liberdade às possibilidades de financiamento – disse.

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) enfatizou que o projeto não delibera, também, sobre percentuais de recursos para cada área, cabendo aos conselhos fixar essa quantia. Portanto, o projeto é democrático, argumentou.

Já para o senador Adelmir Santana (PFL-DF), os setores de comércio e serviços são os que mais crescem nos estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Portanto, completou, não poderiam ficar de fora das possibilidades de financiamento dos fundos.



Vitor Gobato, ao lado de Heráclito Fortes (D), presidente da CRE: desejo de aumentar relações comerciais com a Romênia

## CRE acolhe indicação de embaixador na Romênia

O futuro embaixador brasileiro em Bucareste, Vitor Candido Paim Gobato, assumirá o posto em uma Romênia “diferente”, após o seu ingresso na União Européia, ocorrido em janeiro. A indicação do embaixador recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na semana passada e será agora examinada em Plenário.

– Temos um bom momento no relacionamento bilateral, mas não deixa de ser um desafio aperfeiçoar esse relacionamento, no momento em que a Romênia passa a integrar a União Européia

nia já está negociado, segundo adiantou o embaixador. Quando for implementado, o acordo permitirá maior intercâmbio em áreas como a de produção de etanol. Existe ainda uma proposta, como adiantou Gobato, de se fazer do porto de Constança, na Romênia, um centro distribuidor de produtos brasileiros no leste europeu.

A balança comercial bilateral tem sido amplamente favorável

**Balança comercial é amplamente favorável ao Brasil**

vel ao Brasil nos últimos anos. Em 2005, as exportações brasileiras para a Romênia alcançaram US\$ 300 milhões, enquanto as importações li-

mitaram-se a US\$

16,2 milhões. Segundo o embaixador, 32 bilhões de euros de fundos europeus serão destinados em sete anos à Romênia. Com essa medida, já adotada após a adesão à União Européia de países como Portugal e Espanha, procura-se reduzir as desigualdades entre os novos e os antigos sócios do organismo continental.

Um acordo de cooperação econômica entre o Brasil e a Romê-

16,2 milhões. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) demonstrou preocupação com o fato de a maior parte das exportações ser de produtos primários. Em resposta, Gobato disse que o longo período de permanência da Romênia no antigo bloco soviético – do fim da Segunda Guerra Mundial até 1989 – teria afetado a confiança dos empresários brasileiros.

## Irã quer participar da construção de gasoduto

O embaixador do Irã no Brasil, Seyed Jafar Hashemi, reuniu-se na quinta-feira com o presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), senador Wellington Salgado (PMDB-MG), e com os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Romeu Tuma (PFL-SP) para discutir a possibilidade de cooperação científica entre os dois países. Hashemi disse que o Irã tem interesse em investir em gasodutos no Brasil e outros países da América do Sul.

A informação foi transmitida pelo embaixador em resposta a pergunta de Sérgio Zambiasi sobre se o Irã poderia participar como parceiro na construção do gasoduto norte-sul que transportará gás da Venezuela para o Brasil e a Argentina, projeto de valor estimado em cerca de US\$ 20 bilhões. O diplomata iraniano lembrou que o seu país é o se-

gundo maior fornecedor de gás para a Europa.

Ao falar sobre o ponto de vista iraniano na questão da pesquisa nuclear, o embaixador ressaltou que o Irã tem objetivos pacíficos.

Hashemi argumentou que o petróleo tem data marcada para acabar, por ser fonte de energia não-renovável, e o seu país precisa desenvolver outras fontes de energia para o futuro.

Ele afirmou que no relatório da Agência Internacional para Energia Atômica, da ONU, sobre o Irã não se encontra nenhum parágrafo que fale de outra finalidade da energia nuclear iraniana que não seja pacífica.

– Os Estados Unidos é que querem politizar o que é uma questão técnica e jurídica – declarou o embaixador, que presenteou os senadores com uma pequena caixa de pistache e um livro sobre o Irã.



Garibaldi (E) defendeu aprovação do projeto, elogiado por Adelmir Santana por atender setores mais fortes da economia do DF

## Senadores querem votar logo os vetos

A presidente da CDR, senadora Lúcia Vânia, propôs que os senadores interessados compareçam ao gabinete do presidente do Senado, Renan Calheiros, nesta terça-feira, às 15h, a fim de reivindicarem a imediata apreciação dos vetos a dispositivos das leis complementares que recriaram as superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). A reunião deverá contar com a presença da líder do governo no Congresso, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA).

A discussão das propostas para restaurar os comandos normativos vetados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi iniciada na reunião da CDR da quinta-feira passada. Os senadores querem que sejam incluídos na pauta do Congresso os vetos às leis complementares que instituem a Sudam e a Sudene.

Para o líder do PFL, senador José Agripino (RN), os vetos do presidente às leis complementares

atingiram a alocação de recursos para financiamento dos projetos de competência da Sudam (Lei Complementar 124/07) e Sudene (Lei Complementar 125/07). Portanto, alertou, a recriação das superintendências ficou somente no papel porque, sem dinheiro, elas não poderão funcionar.

Garibaldi Alves (PMDB-RN) considerou a não-apreciação dos vetos uma distorção da democracia. Quando o Congresso não aprecia mais os vetos, afirmou o senador, está se aceitando uma ditadura do Executivo, como se fosse dito “vetou-se e acabou-se”. E uma situação dessas não pode ser aceita, ponderou.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), admitiu que foi correta, mas talvez excessiva, a punição de pessoas envolvidas com corrupção, em administrações passadas das duas superin-

tendências. Para ele, os projetos das novas estruturas da Sudam e da Sudene são muito bons e capazes de impulsionar o desenvolvimento das respectivas regiões. O senador avalia ainda que os vetos presidenciais liquidam os projetos porque inviabilizam seu financiamento e, portanto, o funcionamento prático das superintendências.

–Vetos presidenciais precisam ser apreciados, sob pena de ele se transformar em superpresidente e nós, um meio-Congresso. Plebiscitos demais, isso me

TV pública, isso me cheira a ditadura. Mais do que reivindicarmos a apreciação dos vetos sobre Sudam e Sudene, é preciso providenciar a apreciação de todos os vetos. Que vire uma praxe: presidente veta, ótimo, mas Congresso precisa apreciar os vetos de maneira sistemática e célere – argumentou.

**“Quando não se aprecia os vetos, é como aceitar a ditadura do Executivo”**

## Adiada análise sobre óleo comestível

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) examinou o PLS 296/05, do ex-senador Valmir Amaral, determinando que o rótulo das embalagens de óleo comestível informe que o produto deve ser descartado em garrafas plásticas fechadas destinadas ao lixo orgânico.

O relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), acompanhou parecer da Comissão de Educação, pela rejeição, argumentando que a melhor maneira de dispor sobre descarte de resíduos de óleo comestível é por meio de programas voluntários

de coleta seletiva e reciclagem desses resíduos.

Para impedir que o projeto fosse arquivado, os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediram vista e o presidente da comissão, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), decidiu conceder vista coletiva à proposta.

Segundo Perillo, os resíduos de óleo comestível representam importante fonte de poluição hídrica no país e, portanto, o assunto deve ser estudado na comissão, para que surjam idéias mais criativas para descarte e reciclagem.



Ao lado de Efraim (E), Augusto Botelho (em pé) e José Pimentel, José Maranhão preside reunião da CMO

## Exame do Orçamento fica mais transparente

O Orçamento de 2008 será o primeiro teste da resolução, aprovada em dezembro do ano passado, que altera os procedimentos de tramitação das leis orçamentárias e o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento. A Resolução 1/06 do Congresso começou a sair do papel na última quinta-feira, quando foi instalada a CMO remodelada.

Mais enxuta, com metade dos integrantes de 2006, ela deverá ter mais facilidade para se reunir. Agora são 40 parlamentares (dez senadores e 30 deputados), pela resolução. Essa composição, contudo, pode subir para 42 integrantes em função de uma excepcionalidade prevista no Regimento Comum, que assegura uma vaga para o Senado e outra para a Câmara aos partidos minoritários que não alcançarem a proporcionalidade exigida para participar das comissões. “Essa regra do regimento prevalece sobre a resolução”, explica o consultor-geral de Orçamentos, Fábio Gondim.

Outra novidade é a renovação total dos integrantes da CMO a cada sessão legislativa (anualmente), com o intuito de evitar a formação de grupos de influência dentro da comissão.

Sob esse prisma, haverá rodízio nas relatorias para impedir que um mesmo partido permaneça em uma das áreas setoriais por dois anos seguidos.

O rodízio também vale para os relatores das principais leis orçamentárias – de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Um mesmo parlamentar só poderá exercer uma dessas relatorias a cada legislatura (quatro anos). Na avaliação do presidente da CMO, senador José Maranhão (PMDB-PB), a resolução tornou mais democrática a participação do Congresso no processo orçamentário.

A busca por maior transparência, inclusive por recomendação da CPI dos Sanguessugas, fez com que as transferências de recursos federais a entidades privadas obedeam a novas exigências. As emendas individuais, ampliadas de 20 para 25 para cada parlamentar, terão de identificar as entidades beneficiadas e deverão observar as prioridades definidas no parecer preliminar do relator-geral.

Outra providência foi acabar

com as chamadas “rachadinhas”, emendas de bancada genéricas que permitiam acordos entre os parlamentares para a partilha de recursos a programas ou ações de interesse individual. Houve também a preocupação de impedir as conhecidas “obras inacabadas”. As bancadas terão de assegurar os recursos para atender o cronograma do empreendimento, iniciado com suas emendas, até a finalização.

A nova resolução começou a tomar forma no início de 2005, quando o senador Renan Calheiros elencou a revisão do processo orçamentário entre as prioridades de sua gestão como presidente do Congresso Nacional.

Os estudos de uma comissão especial, sob o comando do ex-senador Fernando Bezerra, serviram de base para que o seu relator, deputado Ricardo Barros (PP-PR), inconformado com as divergências políticas que empacaram a conclusão dos trabalhos, apresentasse um projeto de resolução. O texto ainda passou por muitas negociações e acabou aprovado em dezembro de 2006.

Renan colocou revisão do processo orçamentário como prioridade

## Divisão de tarefas democratiza processo

Com o desafio de implantar as novas regras de tramitação das leis orçamentárias federais e reestruturar a dinâmica de funcionamento da Comissão Mista de Orçamento, o senador José Maranhão (PMDB-PB), ex-governador do seu estado, com uma longa carreira parlamentar, iniciada em 1955 como deputado estadual pelo PTB, aponta a “democratização na elaboração do Orçamento” no Congresso como o grande avanço da Resolução 1/06.

A separação entre receita e despesa, com a divisão da relatoria geral do Orçamento e a instituição de um relator específico

José Maranhão aponta democratização como o maior avanço

Uma das boas novidades, conforme Maranhão, é levar para o âmbito da CMO a competência de fiscalizar a execução do Orçamento aprovado pelo Congresso e formular pareceres sobre o impacto nos cofres do Tesouro Nacional de projetos de lei em tramitação nas duas Casas.

Reduzida à metade dos seus integrantes, a comissão deverá agilizar os seus trabalhos. José Maranhão pretende cumprir rigorosamente o calendário de

tramitação das leis orçamentárias. Até esta terça-feira, deve completar a escolha dos relatores e dos integrantes dos comitês per-

manentes. O presidente da Comissão de Orçamento observa que o relator da Receita deverá ser um senador do PMDB. O relator-geral, que cuidará da despesa da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2008, será o deputado José Pimentel (PT-CE). Já estão indicados os deputados petistas Paulo Rubem Santiago (PE) e Cláudio Vignatti (SC) para ocupar, respectivamente, as relatorias da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008, a ser enviada em abril pelo Executivo, e do Plano Plurianual (PPA) para os próximos quatro anos.

Outro exemplo de descentralização, conforme o senador, é a criação dos quatro comitês permanentes: de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; de Avaliação da Receita; de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índices de Irregularidades Graves e de Exame de Admissibilidade de Emendas.

## Maior espaço para as comissões permanentes

Um dos avanços mais importantes da resolução é fortalecer a participação das comissões permanentes no processo orçamentário. “Elas deixam de se ater meramente à discussão de suas emendas. E ampliam o escopo do debate para o conjunto das prioridades setoriais”, explica o consultor-geral de Orçamentos, Fábio Gondim.

Pelas novas regras, os relatores setoriais devem ser escolhidos, preferencialmente, entre os integrantes das comissões permanentes ou entre parlamentares afinados com as políticas públicas para

cada área. Outra mudança relevante estreita o trabalho das comissões e dos relatores setoriais. As comissões permanentes poderão debater internamente a proposta orçamentária para suas respectivas áreas, emitindo parecer que deverá constar dos relatórios setoriais. Antes da apresentação desses documentos na CMO, os relatores ouvirão os integrantes das comissões permanentes. E quando os relatórios setoriais forem discutidos na CMO, haverá convite para que parlamentares dessas comissões temáticas participem.

### Todo o caminho percorrido no Congresso até a definição de como os tributos serão gastos

As novas regras para análise do Orçamento pelo Congresso foram concebidas para garantir

que a Lei Orçamentária seja aprovada antes do fim do ano anterior ao seu exercício.

Uma das providências é dar mais tempo aos relatores, que agora são escolhidos no início do ano.

### AGOSTO

Até 31/8  
Envio do PLOA  
(Projeto de Lei Orçamentária Anual)

### SETEMBRO

De 6/9 a 20/9  
Apresentação de emendas à receita

De 6/9 a 5/10  
Audiências públicas sobre o PLOA  
De 24/9 a 13/10  
Apresentação do relatório da receita

# Saiba o que muda com as novas regras

Confira nesta e na página seguinte as principais mudanças promovidas pela nova resolução, como a redução do número de membros da comissão mista, a participação de comissões permanentes e o rodízio nas relatorias

	COMO É AGORA	COMO ERA
<b>Composição da Comissão Mista de Orçamento (CMO)</b>	40 titulares (mais 40 suplentes), sendo 30 deputados e dez senadores (com possível acréscimo de duas vagas)	84 membros, com igual número de suplentes, sendo 63 deputados e 21 senadores
	Renovação total da composição da CMO a cada sessão legislativa	Os membros podiam ser reconduzidos à CMO indefinidamente
<b>Emendas individuais à Lei Orçamentária Anual (LOA)</b>	Número máximo de 25 para cada parlamentar (valor fixado no parecer preliminar)	Número máximo de 20 para cada parlamentar (valor fixado no parecer preliminar)
	Direcionadas somente às prioridades definidas no parecer preliminar	Sem restrição quanto às prioridades
	Exige-se identificação da entidade beneficiada, seu endereço e nome dos responsáveis	Para entidades privadas, sem exigências
	Recursos devem garantir a conclusão da obra ou etapa do cronograma de execução	Sem exigências
<b>Emendas coletivas à LOA</b>	Divisão entre emendas de remanejamento e de apropriação (recursos novos)	Não existia essa distinção
	Emendas de bancada variam de 18 a 23, sendo três necessariamente de remanejamento	Emendas de bancada variavam de 18 a 23
	Proibidas emendas genéricas de bancada (conhecidas como "rachadinhas")	Resolução não impedia essa prática
	Bancadas comprometem-se a incluir na LOA recursos para concluir obras iniciadas por emendas das próprias bancadas	Essa obrigatoriedade não existia
	Emendas de comissão variam de quatro (duas de apropriação e duas de remanejamento) a oito (quatro de apropriação e quatro de remanejamento), a depender da competência da comissão	Até o limite de cinco emendas por comissão permanente
	Extinção das emendas de bancada regional	Bancadas regionais podiam apresentar até cinco emendas
<b>Divisão das relatorias (LOA)</b>	Criada a relatoria da receita; indicação do relator será no máximo em cinco dias após a instalação da CMO	Essa atribuição era da relatoria geral
	Relatório da receita deve obrigatoriamente ser votado antes do parecer preliminar	Não existia essa exigência
	Receita será atualizada uma única vez	Essa restrição não existia
	Criada emenda de renúncia de receita para acomodar projetos em tramitação de iniciativa do Congresso, desde que o autor aponte a compensação necessária	Não havia esse tipo de emenda
<b>Relatores setoriais (LOA)</b>	Indicados entre os membros das comissões permanentes para as respectivas áreas temáticas, ou entre os que tenham notória atuação parlamentar na área	Essa exigência não existia
	Será vedada a manutenção do mesmo partido em cada relatoria por dois anos seguidos	Não havia essa proibição
	Dos dez relatores, quatro serão do Senado e seis da Câmara	Não existia formalmente essa divisão
	Haverá debates nas comissões permanentes antes da elaboração dos relatórios setoriais, e integrantes dessas comissões participarão das discussões na CMO	Esse maior engajamento das comissões permanentes não era previsto

## OUTUBRO

**De 14/10 a 16/10**  
Discussão e votação do relatório da receita

**De 17/10 a 21/10**  
Apresentação e distribuição do parecer preliminar

**De 22/10 a 24/10**  
Apresentação e emendas ao parecer preliminar

**De 25/10 a 27/10**  
Discussão e votação do parecer preliminar

**De 28/10 a 6/11**  
Apresentação de emendas ao projeto da Lei Orçamentária

## NOVEMBRO

**De 7/11 a 30/11**  
Apresentação, discussão e votação dos relatórios setoriais

FOTOS: PEDRO ALVES/SECOM-MT, EDSON RODRIGUES/SECOM-MT, BRUNO BAZÍLIO/JORNAL DO SENADO



	COMO É AGORA	COMO ERA
<b>Rodízio nas relatorias</b>	Em cada legislatura (quatro anos), o parlamentar exercerá somente uma vez alguma das relatorias da LOA, LDO ou PPA Suplente pode ser escolhido relator	Essa restrição não existia Isso era vedado
<b>Distribuição de recursos para emendas coletivas (LOA)</b>	Distribuição dos recursos deverá respeitar a seguinte proporção: 25% para bancadas, 55% para relatores setoriais e 20% para relator-geral Distribuição de recursos entre bancadas deverá respeitar a seguinte proporção: 50% pelo Fundo de Participação dos Estados, 40% pela média do atendimento nos últimos três anos e 10% com base na população residente no estado Relator-geral garantirá que as emendas de comissão recebam 15% do total dos recursos	Resolução não definia partilha Não existiam esses critérios Não existia essa garantia
<b>Comitês permanentes</b>	Criados quatro comitês permanentes: a) Avaliação da Receita; b) Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; c) Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves; e d) Exame de Admissibilidade de Emendas Formados por cinco a dez membros (exceto o da Execução orçamentária, que inclui relatores da LOA), designados cinco dias após instalação da CMO Todos os relatórios dos comitês serão votados na CMO	Antes existiam apenas comitês de assessoramento, sob a coordenação do relator-geral, com previsão máxima de cinco
<b>LDO</b>	Cada parlamentar poderá apresentar até cinco emendas ao anexo de metas e prioridades Bancadas e comissões permanentes podem apresentar até cinco emendas Apresentação de parecer preliminar, como acontece na LOA	O limite anterior era de 20 emendas por parlamentar Bancadas podiam apresentar entre 18 e 23 emendas, e comissões, cinco emendas Não existia essa previsão
<b>PPA</b>	Parlamentares apresentarão até dez emendas ao projeto original e suas revisões Bancadas e comissões permanentes podem apresentar até cinco emendas Apresentação de parecer preliminar como na LOA Exige-se aprovação do PPA no Congresso antes da votação do relatório geral da LOA na comissão mista	O limite anterior era de 20 emendas Bancadas podiam apresentar entre 18 e 23 emenda, e comissões, cinco emendas Não existia essa previsão Essa precedência não existia
<b>Créditos adicionais</b>	Redução para dez emendas por parlamentar Instituído prazo (20 de novembro) para votação dos créditos na CMO. Os que não forem votados serão remetidos ao Plenário do Congresso	Antes eram 20 emendas Não existia essa definição de prazo
<b>Contestação às leis orçamentárias</b>	Resolução cria mecanismo pelo qual o parlamentar pode questionar estimativa de receita, fixação de despesa, admissão de emendas ou trecho do texto do projeto	Esse mecanismo não existia
<b>Quórum</b>	Para pedir verificação na sessão do Congresso, o parlamentar precisará do apoio de pelo menos um vinte avos dos integrantes de sua respectiva Casa (por exemplo, cinco senadores) ou dos líderes que os representem	Essa exigência não existia, permitindo que um único parlamentar derrubasse a sessão

**DEZEMBRO**

**De 1º/12 a 17/12**  
Apresentação, discussão e votação do relatório geral na CMO

**De 18/12 a 22/12**  
Discussão e votação do parecer final no Plenário do Congresso

**De 23/12 a 25/12**  
Encaminhamento do projeto aprovado à sanção presidencial (sanção ou veto do presidente em até 15 dias úteis do envio do projeto aprovado pelo Congresso)



# Acompanhe e fiscalize os gastos públicos

Desde a sua criação, em dezembro de 2004, o sistema Siga Brasil ampliou os serviços que presta a entidades não-governamentais e órgãos públicos. Em resposta a demandas feitas pelos institutos de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e Brasileiro de Análises Sociais (Ibase), por exemplo, o sistema passou a gerar relatórios detalhados sobre a aplicação de recursos públicos em programas específicos, relativos à mulher, índios, segurança alimentar e quilombos.

Além das parcerias firmadas com essas entidades, o Siga Brasil tem entre seus usuários o Tribunal de Contas da União (TCU), o Banco Central, a Casa Civil da Presidência da República, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e duas secretarias do Ministério do Planejamento: a de Orçamento Federal (SOF) e a de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI).

Devido a essa demanda, os consultores de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado vêm ministrando cursos de treinamento para os funcionários dessas entidades, explica Rita Santos, também consultora da Casa. Ela ressaltou ainda que outro reflexo do uso cada vez mais difundido do Siga Brasil é o fato de que esse sistema se transformou em tema de



Programa (CodDesu)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subvenções)	Pago
0885 - EDUCAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	316.346.529	316.346.529	37.067.308	37.067.308	37.067.308
0101 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	49.000.000	49.000.000	0	0	0
0107 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REFORMA AGRÁRIA	17.200.000	17.200.000	369.428	0	0
0108 - DIVERSIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS PÓLOS NEGROS	4.889.000	4.889.000	678.055	103.810	103.810

No Siga Brasil ([www.senado.gov.br/sf/orcamento/siga/siga.asp](http://www.senado.gov.br/sf/orcamento/siga/siga.asp)) estão todas as transferências federais para estados, municípios e entidades

duas disciplinas – uma delas integrante de curso de pós-graduação – oferecidas pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Além de informações sobre o Orçamento da União, também estão disponíveis no Siga Brasil dados sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as transferências de recursos da União para estados, municípios e entidades privadas. É possível acompanhar ainda a elaboração e execução do Orçamento da União, permitindo fiscalizar os gastos públicos e conhecer melhor o desenvolvimento de políticas públicas. De acordo com Rita Santos, o sistema, em breve, reunirá dados sobre os

contratos de serviços da União com fornecedores privados; os créditos suplementares ao Orçamento; e a execução física dos investimentos do governo federal (como o andamento de obras). Para obter essas informações, basta ter acesso à internet.

No final de novembro de 2006, entre quase 160 projetos inscritos, o Siga Brasil conquistou o prêmio Brasil de Tecnologia da Informação e Comunicações aplicadas ao setor público.

O Siga Brasil foi desenvolvido pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado (Conorf), em parceria com a Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen).

## Regulamento deve eliminar as dúvidas

As dúvidas sobre a aplicação da nova resolução devem ser dirimidas pelo regulamento interno da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que está sendo estudado desde fevereiro por um grupo de consultores do Senado e da Câmara. A própria Resolução 1/06 prevê essa regulamentação, que deveria ter sido feita em 60 dias após a aprovação do novo rito orçamentário. Mesmo com atraso, a minuta desse regimento deve ser concluída nos próximos dias e entregue ao parlamentar que será designado para relatar essa matéria.

Entre os dispositivos que dariam margem a divergências de interpretação na hora de sair do papel está o que compromete as bancadas estaduais a garantir recursos para concluir obras iniciadas com recursos de suas próprias emendas. Os

consultores entenderam que seria necessário explicitar a partir de quando valeria essa obrigatoriedade. A recomendação que estará na minuta é de que esse dispositivo não tenha efeito retroativo.

Outra questão que deverá constar do regulamento é deixar claro que as mesas diretoras do Senado e da Câmara poderão emendar todas as leis orçamentárias (LDO, PPA e LOA). O texto da resolução, segundo os consultores, dá margem a dúvidas de que essas emendas só possam ser feitas ao projeto de lei do Orçamento.

Apesar de todos os cuidados para desfazer as dúvidas com esse regulamento interno, há dispositivos no novo rito que dependem muito mais de como os parlamentares irão utilizá-los.

## A comissão

Presidente – Senador José Maranhão (PMDB-PB)  
 1º vice-presidente – Deputado Roberto Rocha (PSDB-MA)  
 2º vice-presidente – Senador Efraim Morais (PFL-PB)  
 3º vice-presidente – Deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE)  
 Deputados titulares  
 Bloco PMDB/PT/PP/PR /PTB/PSC/PTC/PTdoB  
 Edinho Bez (PMDB-SC)  
 Eunício Oliveira (PMDB-CE)  
 Giacobbo (PR-PR)  
 José Pimentel (PE-CE)  
 Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG)  
 Nelson Meurer (PP-PR)  
 Paulo Pimenta (PT-RS)  
 Paulo Rubem Santiago (PT-PE)  
 Pedro Fernandes (PTB-MA)  
 Pedro Novais (PMDB-MA)  
 Regis de Oliveira (PSC-SP)  
 Rose de Freitas (PMDB-ES)  
 Vignatti (PT-SC)  
 Walter Pinheiro (PT-BA)  
 Wellington Roberto (PR-PB)  
 Zé Geraldo (PMDB-CE)  
 Bloco PSDB/PFL/PPS  
 Cláudio Cajado (PFL-BA)  
 Eduardo Gomes (PSDB-TO)  
 Eduardo Sciarra (PFL-PR)  
 Gervásio Silva (PFL-SC)  
 Humberto Souto (PPS-MG)

Mussa Demes (PFL-PI)  
 Rafael Guerra (PSDB-MG)  
 Roberto Rocha (PSDB-MA)  
 Vanderlei Macris (PSDB-SP)  
 Bloco PSDB/PDT/PCdoB/PMN/PAN  
 Daniel Almeida (PCdoB-BA)  
 Giovanni Queiroz (PDT-PA)  
 Gonzaga Patriota (PSB-PE)  
 Manoel Junior (PSB-PB)  
 PV  
 Fábio Ramalho (MG)  
 PSOL<sup>1</sup>  
 Ivan Valente (SP)  
 Senadores titulares  
 PMDB  
 José Maranhão (PB)  
 Leomar Quintanilha (TO)  
 Wellington Salgado (MG)  
 PFL  
 Efraim Morais (PB)  
 Jayme Campos (MT)  
 PSDB  
 Cícero Lucena (PB)  
 Sérgio Guerra (PE)  
 PT  
 Augusto Botelho (RR)  
 PTB  
 Sérgio Zambiasi (RS)  
 PDT  
 Cristovam Buarque (DF)  
 PR  
 João Ribeiro (TO)  
 PSB<sup>2</sup>  
 Antônio Carlos Valadares (SE)

<sup>1</sup> Vaga cedida ao Partido Progressista (PP)

<sup>2</sup> Designação feita nos termos da Resolução 2/00-CN

MÁRCIA KALUME



Comissão de Orçamento foi instalada na última quinta-feira, mais enxuta e com novas regras

## Consultoria explica alterações no processo

A Conorf apresentou na última quinta-feira as mudanças que a Resolução 1/06 do Congresso promoveu no processo orçamentário.

A renovação obrigatória, a cada sessão legislativa, da composição da Comissão Mista de Orçamento (CMO), é uma das principais alterações. Com essa modificação, os parlamentares que integrarem a CMO em determinado ano, como titulares ou suplentes, não poderão fazê-lo no ano seguinte.

A composição da comissão foi reduzida, neste ano, de 84 membros para 42 titulares (11 senadores e 31 deputados federais). Deste total, 40 in-

tegrantes ocupam as vagas fixas previstas nas novas regras, e outras duas vagas – a serem preenchidas em esquema de rodízio – foram acrescentadas para permitir a participação na CMO dos partidos minoritários, como previsto na Resolução 2/00 do Congresso.

### Relatorias setoriais ganham poder

A Resolução 1/06 também prevê que os poderes – e os recursos – agrupados sob a responsabilidade do relator-geral do Orçamento serão desconcentrados entre as relatorias setoriais.

Além disso, foi antecipada

a indicação dos principais relatores das proposições orçamentárias: agora, eles têm de ser indicados em até cinco dias após a instalação da comissão (neste ano, as indicações precisam ser feitas até terça-feira).

A criação de uma relatoria específica para análise das receitas orçamentárias é outra novidade. Criou-se também a figura da “contestação orçamentária”, por meio da qual um parlamentar pode questionar eventuais inobservâncias de normas por parte de alguma proposição, no que se refere a receitas, despesas, admissibilidade de emenda e ao próprio texto da lei.

**CONORF**  
 Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

e-mail: [conorf@senado.gov.br](mailto:conorf@senado.gov.br) telefones: (61) 3311-3318 e 3311-4330 (fax)

**JORNAL DO SENADO**

e-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) telefones: (61) 3311-3333

## COMISSÕES

## Trabalho escravo ganha subcomissão na quinta

A Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), será instalada nesta quinta-feira. O senador José Nery (PSOL-PA) deverá assumir a presidência da subcomissão, como informou o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS). A instalação da nova subcomissão ocorrerá após debate com a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para discutir questões relativas ao racismo, à violência e ao preconceito, marcado para as 9h.

Paim registrou decisão da CDH de enviar ao Plenário requerimento para a criação de comissão temporária que irá examinar e compilar todas as proposições em tramitação no Senado que estejam relacionadas à discriminação racial, com a finalidade de dar uma resposta à sociedade em relação ao assunto em 13 de maio

do ano que vem – data em que se comemoram os 120 anos da abolição. A comissão temporária será criada por iniciativa de diversos senadores, entre os quais o próprio presidente da CDH, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Para José Nery, a iniciativa contribuirá para erradicar o trabalho escravo no Brasil. Já o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) acredita que o trabalho escravo está relacionado à realidade econômica do país. O parlamentar disse que a CDH deve conjugar a discussão sobre o tema com o debate sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Se forem mantidos os atuais patamares de crescimento econômico, será mantido o trabalho escravo no Brasil. Defender os direitos humanos é defender o PAC em patamares mais avançados, destravar a economia para haver direitos humanos – destacou Inácio Arruda.



## Senado lança campanha sobre síndrome de Down

Em parceria com o instituto MetaSocial, o Senado lança nesta quarta-feira a campanha Aprendendo com as Diferenças, por ocasião do Dia Internacional da Síndrome de Down. Haverá audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre a importância da mídia na inclusão social de deficientes. Estarão presentes o autor da novela Páginas da Vida, Manoel Carlos, as atrizes Regina Duarte e Joana Mocarzel (escolhida como modelo da campanha), o cineasta Evaldo Mocarzel, a presidente da Federação Nacional das Associações de Síndrome de Down, Rosane Lowenthal, e o presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dennis Burns.

Após a audiência haverá o lançamento da campanha e inaugura-

ção da exposição Diversidade, da fotógrafa Renata Podolsky, com a presença dos artistas e participantes da audiência. A mostra consiste em 12 fotos com modelos portadores de deficiência física ou mental.

Definida como um acidente genético, a síndrome de Down é causada por um erro na divisão das células na formação fetal. A data foi escolhida pela associação Down Syndrome International, em alusão aos três cromossomos no par de número 21 (21/3), presentes nos portadores da deficiência.

A data foi mundialmente celebrada pela primeira vez em 2006. No Brasil, o assunto adquiriu mais visibilidade pública a partir do ano passado, quando a síndrome de Down passou a ser tratada diretamente em novela de televisão.

# CDH aprova medidas em favor do deficiente

Dois propostas que atendem às necessidades das pessoas com deficiência visual foram aprovadas na quinta-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A primeira garante a confecção de cédulas de papel-moeda com um elemento que permita a identificação de cada nota pelos deficientes visuais; a outra torna obrigatória a adoção de uma marca tátil na tecla de número cinco dos telefones fabricados e comercializados em todo o país para que essas pessoas possam se situar nos teclados.

Uma terceira proposição aprovada pela CDH prevê reserva de vagas para as pessoas com deficiência nos programas de qualificação financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Trata-se de substitutivo do senador Flávio Arns (PT-PR) ao PLS 295/04, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

O texto estabelece que pelo menos 5% das vagas nos programas de qualificação profissional, total ou parcialmente financiados com



Fátima Cleide foi a relatora do projeto sobre cédulas de real

recursos do FAT, sejam reservadas às pessoas com deficiência.

### Cédulas e teclados adaptados a todos

O substitutivo da relatora Fátima Cleide (PT-RO) ao PLS 90/03, do ex-senador Paulo Octávio, determina a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas de dinheiro brasileiras, de elemento que possibilite a identificação por pessoas com deficiência visual.

A emissão das cédulas com essa característica será feita gra-

dativamente em prazo de dez anos, até que todas tenham sido trocadas. A matéria teve decisão terminativa na comissão e, se não houver recurso para exame do Plenário, será enviada à Câmara.

– Essa proposta é a demonstração da sensibilidade do legislador, porque até hoje vemos a exclusão da pessoa com deficiência visual do processo monetário, que depende de outras pessoas para verificar cada nota. O projeto é socialmente justo e politicamente

viável – disse o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Outra proposição aprovada foi o substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) ao PLS 209/04, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), determinando que os teclados dos telefones fixos e celulares possam ser utilizados pelos que têm deficiência visual. Para isso, deverão passar a ter marcador tátil na tecla de número cinco, para permitir que as pessoas com esse tipo de deficiência tenham um ponto de referência no teclado.

## Divulgação obrigatória de direitos humanos

A CDH também aprovou projeto que estabelece a difusão, por órgãos públicos, dos direitos fundamentais e dos direitos humanos previstos na Constituição federal, na legislação nacional e nos tratados internacionais e convenções. A divulgação desses direitos, de acordo com a proposição, estará sob a responsabilidade dos Poderes do Estado, em suas esferas de atuação. A administração pública federal deverá ainda incluir nos contracheques mensais dos servidores trechos dos instrumentos que consagram tais direitos, especialmente os que se referem às mulheres, às crianças e aos adolescentes.

Da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), e relatada pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), a proposta

determina que as emissoras públicas de rádio e televisão incluam em suas programações material alusivo aos direitos fundamentais e aos direitos humanos. E que haja divulgação também na publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da administração pública (PLS 490/03).

– Esse projeto busca ouvir o clamor da sociedade em um país cheio de tantas mazelas, com direitos humanos violados todos os dias, direitos de idosos, crianças, adolescentes, mulheres. Busquei garantir pela lei que esses direitos pudessem ser divulgados e que a sociedade possa ter conhecimento deles – argumentou a autora do



Proposta de Patrícia Saboya obriga TVs e rádios a divulgar os direitos fundamentais

projeto.

Para o senador José Nery (PSOL-PA), o país tem segmentos sociais historicamente tratados com desrespeito e a utilização de órgãos públicos, TVs e todos os instrumentos do Estado para fazer chegar uma mensagem de respeito é bem-vinda e amplia a cidadania.

## Preconceito de gênero será analisado

Por sugestão do senador Flávio Arns (PT-PR), a CDH decidiu na semana passada criar um grupo de trabalho para discutir projeto que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e identidade de gênero. O projeto, que seria votado, foi retirado de pauta a pedido da relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), para permitir exame mais aprofundado sobre ele.

Apresentado pela ex-deputada Iara Bernardi, o projeto (PLC 122/06) altera a lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei 7.716/89), dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 140 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e ao artigo 5º da Consolidação das Leis

do Trabalho, CLT (Decreto-Lei 5.452/43). O objetivo é definir os crimes de preconceito e de discriminação de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero e estabelecer punição para quem incorrer nessas práticas discriminatórias, a exemplo do que já acontece em relação ao preconceito de raça, cor, etnia, religião ou nacionalidade.

### Discriminação e falta de chances de trabalho

Flávio Arns contou que acompanhou reuniões de grupos de homossexuais no Paraná e disse que, apesar de serem pessoas responsáveis e éticas, elas enfrentam muitos problemas. Destacou, por exemplo, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho

em razão do preconceito e da discriminação por parte de empregadores, o que contribui para que sejam levados à prostituição.

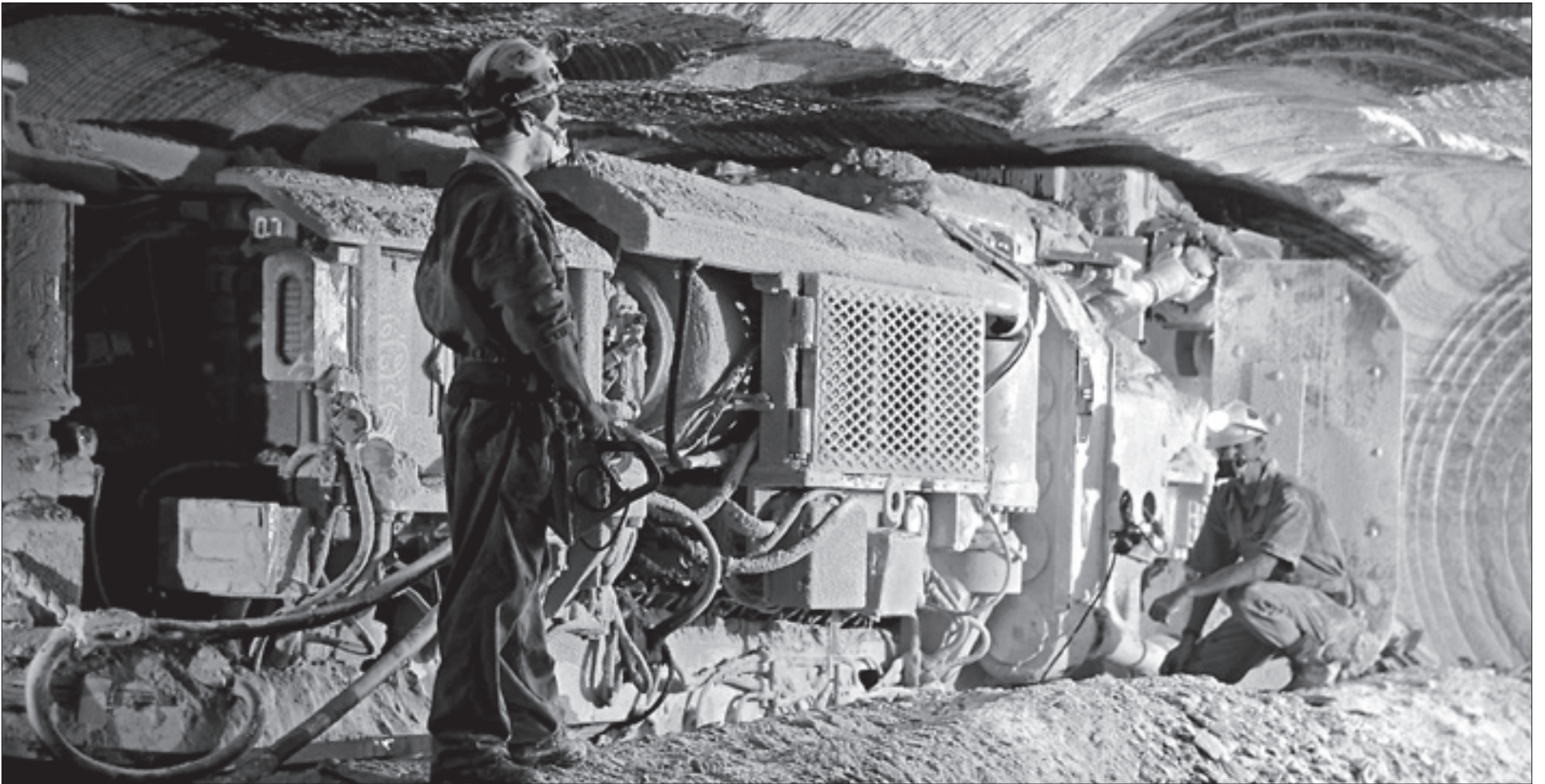
– Não queremos preconceito e desrespeito; queremos construção de dignidade e de cidadania – disse Arns.

Durante a discussão, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) criticou a posição do papa Bento XVI, que classifica o segundo casamento como uma praga social. O senador afirmou que ficou pessoalmente ofendido com as declarações “infelizes” do Papa.

– Fiquei estupefocado com a opinião do Papa, pela autoridade que ele tem. Praga social é a pedofilia que acontece dentro da própria Igreja – assinalou.

## MINERAÇÃO Aprovado desmembramento de concessão para exploração de lavra sem consulta ao titular do direito

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE



Em áreas já exploradas, como a mina subterrânea da Vale do Rio Doce em Taquari-Vassouras (Sergipe), poderá ser autorizada a retirada de outros tipos de minerais

## Novas regras impulsionam setor mineral

Com o propósito de incentivar o aumento da produção mineral brasileira, as concessões de lavras, autorizadas pelo Ministério de Minas e Energia, poderão ser desmembradas para outros pretendentes, sem a necessidade de concordância do detentor original do direito de exploração. É o que estabelece projeto do então senador Marcos Guerra aprovado na semana passada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A proposta (PLS 245/06), que ainda será analisada em decisão terminativa pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) antes de seguir para a Câmara, retira do Código de Mineração, de 1967, a exigência de autorização do titular do direito mineral, dando ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) poderes para desmembrar as concessões de lavra ou licenças de exploração de minerais, atendendo ao interesse do país.

Para o autor da proposta, o Código de Mineração atual permite que os titulares das concessões impeçam que outros pretendentes explorem a mesma área, ainda que a substância mineral seja diferente daquela que motivou a autorização inicial. Se o projeto virar lei, uma concessão para exploração de granito, por exemplo, poderá ser desmembrada para criação de uma área para extração de argila, com titulares

do direito mineral diferentes.

O parecer de Wellington Salgado (PMDB-MG), lido na reunião por Cícero Lucena (PSDB-PB), foi favorável à aprovação da matéria. Vice-presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo, o empresário Marcos Guerra exerceu quatro anos de mandato, na vaga de Paulo Hartung, que se elegeu senador em 1998 e governador em 2002. Guerra garante que seu projeto trará benefícios claros para o setor.

– O fracionamento da concessão não pode comprometer o racional aproveitamento da

área. Devem ficar evidenciadas a viabilidade técnica, a economicidade do aproveitamento autônomo das unidades resultantes e o incremento da produção da área.

E ainda damos prioridade ao titular do direito mineral preexistente para promover o aproveitamento pleiteado por um terceiro – explicou.

Hoje em dia, em termos práticos, uma concessão de lavra é para a vida toda, salvo se o proprietário descumprir uma das muitas obrigações legais, que vão desde a exploração eficaz das jazidas até respeito aos direitos trabalhistas. O processo de perda de uma lavra é lento: é preciso advertir, multar, vistoriar e constatar abandono da lavra para que a concessão possa ser retirada.

Existem entre 8 e 10 mil concessões em vigor no país, das quais 1.500 foram autorizadas durante o primeiro governo do presidente Lula.

### O poder de desmembrar concessões de lavra será do DNPM

## Para entender melhor

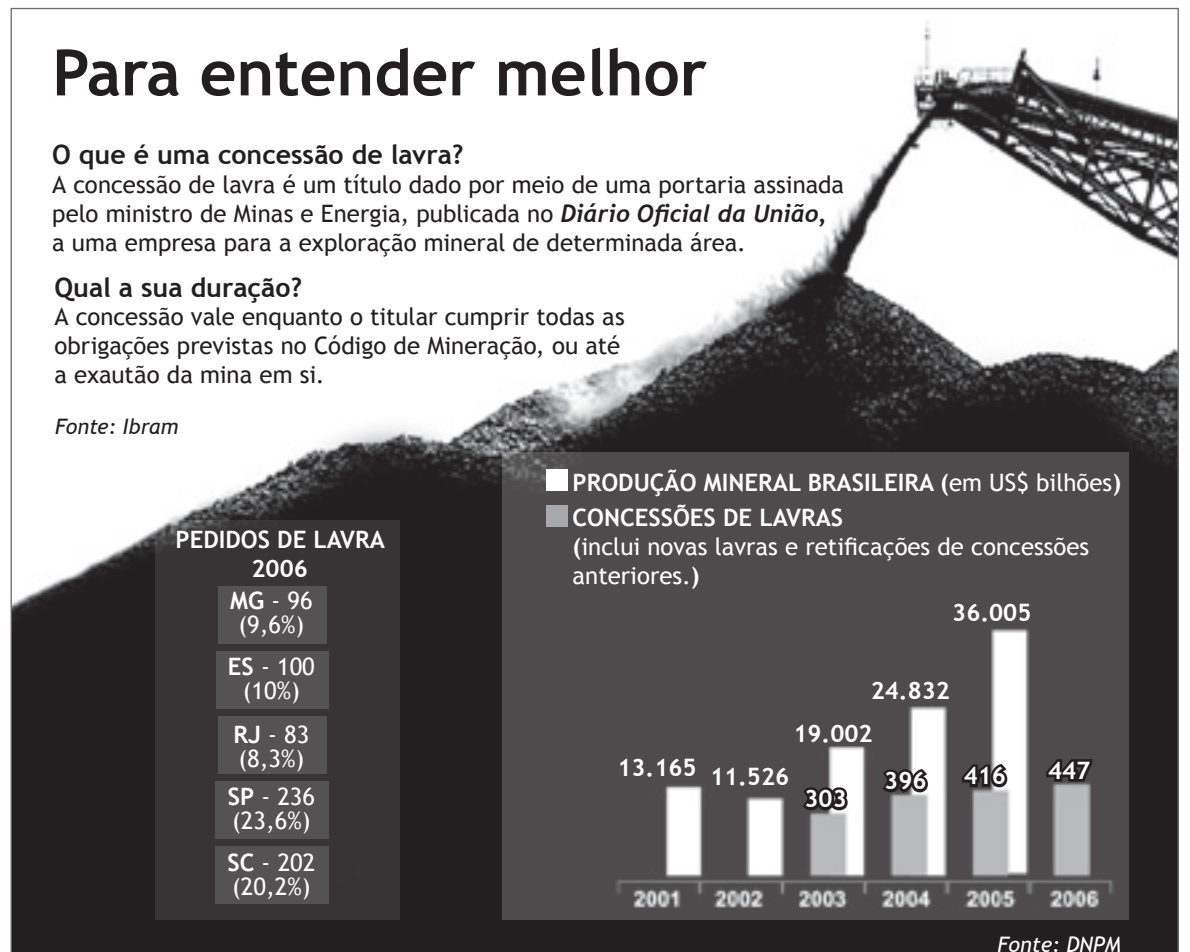
### O que é uma concessão de lavra?

A concessão de lavra é um título dado por meio de uma portaria assinada pelo ministro de Minas e Energia, publicada no *Diário Oficial da União*, a uma empresa para a exploração mineral de determinada área.

### Qual a sua duração?

A concessão vale enquanto o titular cumprir todas as obrigações previstas no Código de Mineração, ou até a exatidão da mina em si.

Fonte: Ibram



Estado	Quantidade	Porcentagem
MG	96	(9,6%)
ES	100	(10%)
RJ	83	(8,3%)
SP	236	(23,6%)
SC	202	(20,2%)

## Com 40 anos, Código de Mineração pouco foi mudado

Apesar de estar em vigor há 40 anos, e com poucas alterações, o Código de Mineração não tem sido alvo de muitas iniciativas parlamentares. No Senado, o único projeto atualmente em tramitação sobre o tema é o do então senador Marcos Guerra. Na Câmara, os temas recorrentes são a questão da exploração mineral em terras indígenas e a atividade dos garimpeiros. No primeiro caso, há projetos que tramitam há quase duas décadas. Em relação ao segundo, ainda engatinha nas comissões projeto do Executivo que institui o Estatuto do Garimpeiro (PL 7.505/06).

Nem sempre foi assim. Em 1999, o Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis da Câmara, liderado pelo então deputado Bonifácio de Andrada, apresentou anteprojeto para dar forma única à complexa legislação do setor mineral. O texto abordava desde a pesquisa mineral até a

questão da concessão das lavras, passando pela regulamentação da atividade do garimpo.

A proposta, que consolidava normas contidas em 14 leis e decretos-leis publicados entre 1942 e 1996, foi aprovada pela Comissão de Justiça da Câmara em 2002, porém só três anos mais tarde o parecer foi publicado. Apesar de pronto para votação desde maio de 2005, o PL 151/99 ainda vai a Plenário.

Sobre a proposição específica do ex-senador Marcos Guerra, sua relevância não parece ser unanimidade. Para o geólogo José Eduardo Alves Martinez, coordenador-geral de Monitoramento e Controle de Concessões Minerais do Ministério de Minas e Energia, o projeto pode introduzir dificuldade adicional ao regime de autorizações de lavra.

– A princípio me parece arbitrário. Afinal, qual o critério que será empregado para retirar parte

de uma concessão? O interesse nacional? Mas a concessão já foi dada pelo interesse nacional – avalia Martinez, ressaltando que sua posição em relação à proposta é “pessoal”.

Para o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), a indústria espera por mudanças muito mais profundas e abrangentes nos marcos legais do setor.

– Falta ao Brasil uma política consistente de recursos minerais, com regras claras, que permita às empresas do setor planejarem seus investimentos com uma visão de longo prazo.

O site independente [www.geologo.com](http://www.geologo.com), que reúne profissionais da área, coloca-se de modo ambíguo sobre a proposta:

“Trata-se de um tema bastante delicado, que pode tanto ser interpretado como uma afronta à propriedade privada quanto como um aquecimento na economia.”

Fonte: DNPM



## MINERAÇÃO Exportações do setor superam desempenho geral da indústria; Serra Pelada volta a funcionar



Minério de ferro de Carajás, no Pará, engrossa vendas ao exterior: superávit de 20% em 2006

## Cresce participação nas exportações

Enquanto a economia brasileira registrou uma expansão de 2,9%, segundo os dados oficiais do produto interno bruto (PIB) levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria extrativa mineral (incluindo petróleo e gás) cresceu 5,6% em 2006. Um índice bem inferior ao de 2005, quando o setor alcançou 10,9% de aumento, mas um desempenho substancialmente superior ao da indústria como um todo (3%).

O setor mineral vem, ao longo dos últimos anos, aumentando a sua importância nas transações internacionais brasileiras e contribuindo para o equilíbrio da balança comercial. O setor elevou seu superávit em 20,6%, passando de R\$ 3,89 bilhões no primeiro semestre de 2005 para R\$ 4,69 bilhões em igual período de 2006. Com isso, a participação da indústria extrativa mineral no saldo comercial e nas exportações totais do país evoluiu, no mesmo período, de 20% para

24% e de 25% para 28%, respectivamente.

Publicado pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, a segunda edição do Informe Mineral de 2006, com os dados do primeiro semestre, revela que o minério de ferro respondeu por 52% (R\$ 3,9 bilhões) das exportações do setor, mas também destaca o aumento das vendas de cobre semimanufaturado, que saltaram de R\$ 22,8 milhões para R\$ 208 milhões.

## Empresas querem mudanças mais abrangentes

Os conceitos básicos que regem a mineração no Brasil são os mesmos desde 1934, quando os recursos minerais passaram a ser, pela Constituição, “patrimônio comum da nação brasileira” (na Carta de 1988, eles se tornaram “bens da União”). O próprio Código de Mineração, que é de 1967, sofreu pouquíssimas modificações. No que diz respeito às concessões de lavras, então, as regras pouco ou nada mudaram nos últimos 40 anos.

Enquanto novos conceitos como desenvolvimento sustentável se associavam à discussão econômica propriamente dita, os sucessivos governos não mostraram disposição para simplificar as normas que regem a área. Criado há 30 anos, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que representa empresas mineiras, acha urgente a moderniza-

ção do setor.

“Há total insegurança jurídica para os investidores, caracterizada pelo elevado número de normas e pelo poder discricionário do agente aplicador. Normas emanadas do Conselho Nacional de Meio Ambiente e dos órgãos ambientais estaduais e municipais são aprovadas ao sabor de influências subjetivas”, diz o documento A Indústria da Mineração do Brasil – Visões e Perspectivas, do Ibram.

Na questão das lavras, o Ibram entende que o projeto aprovado pela CMA toca em um ponto secundário da discussão. Segundo o documento, o sistema de outorga de concessões estaria hoje, cada vez mais, funcionando na dependência total dos agentes ambientais. Para o Ibram, os “obstáculos de natureza ambiental” têm praticamente anulado

todo o “efeito benéfico” que se pretende obter com a implantação de um sistema informatizado para os pedidos de concessão de lavra.

– Um caminho que se sugere é o do DNPM vir a atuar como responsável pela obtenção da viabilidade ambiental das potenciais explorações, funcionando como guichê de entrada e saída para os processos de licenciamento ambiental pertinentes à indústria de mineração – propõe a instituição.

Em janeiro de 2004, a então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, anunciou que, entre outras medidas, o governo pretendia propor “a atualização e a modernização do código” – o que não ocorreu. De prático, foi implementado um sistema eletrônico para pré-requerimento das concessões.

## Estado do Espírito Santo lidera venda de rochas ornamentais

Um dos objetivos econômicos práticos do projeto que permite o desmembramento das concessões de lavra pode ser alcançado no próprio estado do ex-senador Marcos Guerra, o Espírito Santo, que é o maior exportador nacional de rochas ornamentais. Ali, vive-se uma situação peculiar, com muitos conflitos. No ano passado, o Espírito Santo foi o terceiro estado do país em pedidos de concessões de lavras protocolados junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), dos quais 22 foram autorizados por portarias ministeriais. São Paulo liderou esse ranking, com 128 portarias de lavras no ano passado.

Nenhum outro segmento do setor mineral brasileiro apresen-

ta crescimento que se compare ao das rochas ornamentais. Em 2006, as exportações brasileiras dessas pedras somaram 2,5 milhões de toneladas, das quais a produção capixaba foi responsável por 65,1%. Isso quer dizer que, das vendas ao exterior de US\$ 1 bilhão (100% de aumento em relação a 2004), o Espírito Santo foi responsável por US\$ 680 milhões. Os EUA absorveram 60,4% das exportações.

A 23ª Feira Internacional de Rochas Ornamentais de Vitória, realizada no mês passado, foi o terceiro maior evento do gênero no mundo. Foram 450 estandes de expositores, dos quais 70 estrangeiros, principalmente da China, Egito, Itália, Espanha, Estados Unidos e Peru.

## Acordo permite regularização do garimpo em Serra Pelada

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou a volta dos garimpeiros a Serra Pelada, regularizados por alvará deferido pelo Ministério de Minas e Energia. O acordo, assinado pelo ministro Silas Rondeau, atendeu a negociações entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e uma cooperativa de garimpeiros.

– Foi lavrada uma cessão de direitos do terreno da Companhia Vale do Rio Doce, permitindo a pesquisa no local – comemorou o senador.

Jucá lembrou que Edison Lobão (PFL-MA) é autor do projeto aprovado no Congresso versando sobre o assunto e que o senador João Ribeiro (PR-TO) foi um dos políticos que mais se empenharam pelo acordo, que poderá dar um fim às divergências legais sobre o garimpo na região. Ele acrescentou que a cooperativa dos garimpeiros de Serra Pelada também ratificou o acordo, “o que marca a posição firme do presidente Lula em relação ao problema”.

– São mais de 3 mil garimpeiros oriundos de Serra Pelada que hoje residem em Roraima. Lá existe um cadastro de todos eles – informou o senador, lembrando ainda que o governo já encaminhou ao Congresso projeto que cria o Estatuto do Garimpeiro e regulariza a profissão.

Em aparte, Edison Lobão destacou a importância do documento firmado pelo ministério e observou que há 20 anos mais de 60 mil garimpeiros de Serra Pelada aguardam para voltar a extrair ouro e outros minérios daquele garimpo.

Lobão diz que Curió apóia garimpeiros

Autor do projeto que destina 100 hectares dentro da área de

Serra Pelada aos garimpeiros, Lobão esteve no garimpo, no último dia 4, participando da entrega oficial do alvará de concessão, e testemunhou que o prefeito de Curionópolis, Sebastião Curió, declarou seu apoio aos garimpeiros.

A imprensa vinha noticiando que Curió estaria contra a reabertura do garimpo sob a alegação de que a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros (Coomigasp) estaria em situação irregular. A suposta oposição do prefeito motivou o senador Mário Couto (PSDB-PA) a ocupar a tribuna e afirmar que o prefeito é “um carcará disfarçado de Curió”.

Edison Lobão informou que o prefeito teria assinado o alvará que concede a licença para o funcionamento do garimpo na presença de líderes da cooperativa dos trabalhadores e do Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada (Singasp). Mário Couto prometeu que retirará tudo o que falou contra o prefeito Sebastião Curió e até pedirá desculpas se for confirmado que ele está apoiando o retorno das atividades do garimpo.

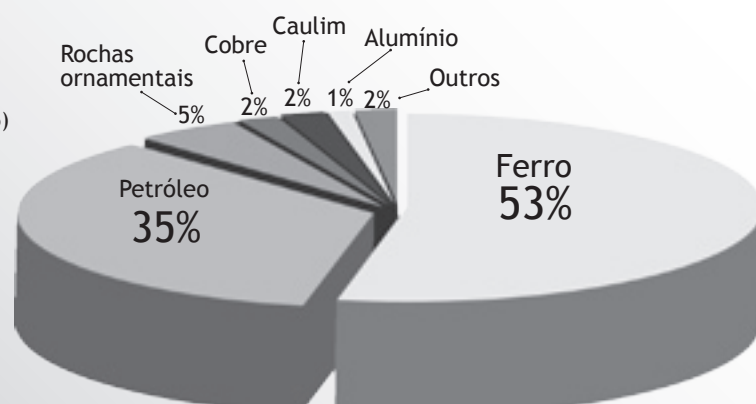
O senador Romeu Tuma (PFL-SP) expressou sua alegria em saber que finalmente cerca de 67 mil garimpeiros poderão voltar a trabalhar em Serra Pelada.



Mário Couto reage a suposta oposição de prefeito à reabertura do garimpo

## Exportações de bens primários

(Setor mineral - 1º semestre de 2006)



Fonte: Informe Mineral - 2ª edição, 2006

## COMISSÕES



Sérgio Zambiasi (D), ao lado de José Pastore, da CNI, e Carlos Mencaci, da Abres, preside debate sobre regulamentação de estágios: desemprego entre jovens nas metrópoles já atinge 45%

## Especialista prevê 3 milhões de estágios

A possibilidade de oferta de até 3 milhões de estágios aos jovens brasileiros foi defendida pelo diretor-presidente da Associação Brasileira de Estágios (Abres), Carlos Henrique Mencaci, durante debate promovido pela Comissão de Educação (CE). A audiência foi proposta pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) com o objetivo de aprofundar a discussão de projeto que atualiza a legislação sobre estágio, apresentado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR).

– Se tivermos uma lei clara, poderemos ter mais empresas corajosas dispostas a conceder estágios sem medo de serem autuadas – previu Mencaci.

Já o diretor de qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, Antonio Almerico Biondi Lima, preocupa-se com a duração máxima do estágio, pois,

como relatou, “nossos auditores têm visto casos de estágios que duram até três anos”.

O desemprego entre os jovens nas regiões metropolitanas do país já alcança 45%, informou o economista José Pastore, consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), para quem o estágio pode ser a mais eficiente das “medidas compensatórias” em relação à juventude.

A necessidade de se caracterizar claramente na lei o estágio como “ato educativo” foi defendida por Ivone Maira Elias Moreyra, diretora do projeto Escola de Fábrica, do Ministério da Educação, enquanto a eficiência desse aprendizado como meio de inclusão no mercado de trabalho foi ressaltado pelo presidente do Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee), Paulo Nathanael Pereira de Souza.

Durante o debate, presidido pelos senadores Sérgio Zambiasi

(PTB-RS) e Flávio Arns (PT-PR), o relator da matéria, Marco Maciel (PFL-PE), disse que o projeto é “complexo” e exigirá análise detalhada.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que o texto original da proposição precisa ser aperfeiçoado, lembrando que “a regra atual é a precarização do estágio”. Raimundo Colombo (PFL-SC) salientou o problema de famílias pobres que, depois da satisfação de ver um filho ingressar no ensino superior, se vêem às voltas com a falta de dinheiro para pagar as mensalidades.

As atuais oportunidades oferecidas aos jovens foram consideradas insuficientes pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). Paulo Duque (PMDB-RJ), Romeu Tuma (PFL-SP) e Mão Santa (PMDB-PI) também defenderam a adoção de mecanismos para facilitar a concessão de estágio.

## TV regional e teatro nas metas de Demostenes

A regionalização da produção de programas de televisão e a discussão de uma lei geral do teatro estarão entre as prioridades do novo presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, senador Demostenes Torres (PFL-GO), eleito na semana passada, por unanimidade, para ocupar o posto que foi, no ano passado, do então senador e atual governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

– Espero ter o mesmo êxito

de meu antecessor. E, se Deus quiser, também o mesmo destino e me eleger governador – disse o parlamentar, em tom de brincadeira, logo após assumir a presidência da subcomissão, que é ligada à Comissão de Educação (CE).

Demostenes foi escolhido juntamente com a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que ocupará a vice-presidência. Ela destacou seu envolvimento com a área cultural durante o tempo em que foi deputada federal e informou

a intenção de incluir as artes plásticas entre os temas a serem tratados pela subcomissão.

Ao cumprimentar os dois eleitos, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu atenção especial aos donos de pequenos cinemas em cidades do interior, que estariam com dificuldades de manter suas empresas em funcionamento.

Paim falou ainda da importância do cinema na formação dos jovens, especialmente nas menores cidades do país.

### Anatel vai explicar licença para TV paga

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Plínio de Aguiar Júnior, prestará informações ao Senado sobre a aprovação de licença, obtida no dia 7 de março, pela empresa Telefônica para prestação de serviço de TV por assinatura via satélite (Direct To Home, DTH). Na prática, a empresa de telefonia passa a operar no mercado de TV paga.

O autor do requerimento é o senador Wellington Salgado (PMDB-MG), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), à qual o presidente da Anatel deverá comparecer.

### Regulamentação de profissões em debate

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública, no próximo mês, sobre projetos de regulamentação de diversas profissões (como nutricionista, acupunturista, ecólogo, fotógrafo e gastrólogo) e a criação de conselhos profissionais. A proposta é da presidente da CAS, senadora Patrícia Saboya (PSB-CE).

Serão convidados, entre outros, o ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e Nelson Marquezelli (PTB-SP), presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

## Paim vê intenção de privatizar Previdência

“Há interesse em desacreditar o sistema público de Previdência no Brasil, com a finalidade de privatizá-lo.” A afirmação foi feita pelo senador Paulo Paim (PT-RS), na quarta-feira passada, em palestra no Seminário Internacional sobre Previdência Social, realizado no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, onde também compareceu o presidente daquela Casa, Arlindo Chinaglia.

Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip), disse o senador, a Previdência é superavitária e constitui-se num dos maiores patrimônios do país. Na opinião do senador, o órgão deve ter sua importância resgatada para evitar a privatização da instituição.

– Existe um grande interesse em apontar o sistema público previdenciário como quebrado, deficitário, corrupto e deficiente, com o objetivo de privatizá-lo. Há um verdadeiro bombardeio com o propósito de confundir a população sobre a incerteza do futuro da Previdência – alertou Paim.

Entre as medidas que podem contribuir para a solução dos problemas enfrentados pelo sistema previdenciário, o senador ressaltou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 24/03, que proíbe a destinação de recursos da Seguridade Social a outros fins. Paim disse que o orçamento da Seguridade Social tem sido utilizado como fonte de recursos para órgãos dos três Poderes, bem como para garantir o superávit primário do país e informou que, segundo dados da Anfip, cerca de R\$ 56 bilhões saíram da Seguridade Social no período de 1999 a 2005 e foram destinados a outros órgãos.

A professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Gentil, explicou que o governo deixa de computar recursos provenientes da Cofins, CPMF, CSLL e das loterias, que deveriam financiar a saúde, a assistência social e também a Previdência.

– Sem incluí-las no cálculo, o resultado é um déficit que não é real – assinalou a professora da UFRJ.



Ao lado do presidente da Fenafim, Luiz Antônio Barreto, Paim faz palestra no Seminário Internacional sobre a Previdência Social

### Etanol será tema de audiência pública com dois ministros

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou requerimento do senador Sibá Machado (PT-AC) pela realização de audiência pública para debater a produção e exportação de álcool etanol. Conforme proposta do senador Osmar Dias (PDT-PR), os membros da comissão decidiram inserir como segundo tema da discussão a qualidade do biodiesel que está sendo produzido no país. Para o senador, é necessário aperfeiçoar o programa do biodiesel, a fim de que o produto, com maior qualidade, possa ser competitivo no mercado externo, com destaque no europeu.

A reunião, para a qual serão convidados os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Desenvolvimento Agrário, ainda não tem data marcada para ocorrer.

### Comissão discute seguro rural, febre aftosa e sanidade animal

Por sugestão do senador Osmar Dias (PDT-PR), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza audiência pública nesta quinta-feira, às 10h, para ouvir o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, convidado a prestar esclarecimentos sobre o funcionamento do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural. O ministro também deverá detalhar aos parlamentares como está a execução, para 2007, de dois programas considerados vitais para o setor agropecuário: o de erradicação da febre aftosa e o da sanidade animal. Os senadores da comissão escolheram o presidente e o vice-presidente da recém-criada Subcomissão Permanente de Biocombustíveis, respectivamente, senadores João Tenório (PSDB-AL) e Sibá Machado (PT-AC).

## PLENÁRIO



Ao lado do comandante da Marinha Júlio de Moura, contra-comandante José Borges detalha a Renan Calheiros (E) e Hélio Costa (D) a atuação do Brasil na Antártica

## Senado exalta 25 anos na Antártica

O Senado prestou homenagem aos 25 anos do Programa Antártico Brasileiro (Proantar) na última terça-feira. O presidente da Casa, Renan Calheiros, abriu a sessão afirmando que o programa é “a resposta cabal e definitiva na afirmação da capacidade” do país (veja texto abaixo). Após a homenagem, foi inaugurada uma exposição de fotografias sobre o Proantar na Senado Galeria e lançado o selo comemorativo do 4º Ano Polar

Internacional, em que cientistas de todo o mundo apresentam e debatem pesquisas de ponta sobre os pólos Sul e Norte. A mostra está aberta até o dia 28.

Da Estação Antártica Comandante Ferraz, por meio de teleconferência, cientistas e militares brasileiros acompanharam as homenagens ao Proantar, criado em 1982 para a realização de pesquisas científicas e tecnológicas. Atualmente, o programa conta com a colaboração de ministérios,

universidades e empresas públicas e privadas.

O Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (Conapa) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) procuram alinhar a política científica brasileira às diretrizes dos grandes projetos internacionais. A Marinha gerencia, planeja e financia as operações antárticas e mantém a Estação Comandante Ferraz. A Aeronáutica realiza vôos de apoio ao Proantar.

### Renan elogia “dedicação e ousadia”

“Uma história de sacrifício, de dedicação, de desprendimento e de ousadia”, definiu o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao homenagear o Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

O senador lembrou que, em março, teve início o Ano Polar Internacional, fórum que reúne cientistas de todo o mundo, inclusive do Brasil, para apresentação e debate de pesquisas de ponta sobre os pólos Sul e Norte.

O presidente do Senado disse que, dos mais de 1.100 projetos enviados ao comitê científico do fórum, a América Latina participa em 50, com destaque para a atuação brasileira.

Renan Calheiros salientou que o Brasil sediará a 18ª Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-Americanos e que a Estação Antártica Comandante Ferraz está sendo revitalizada, de modo a oferecer

melhores condições de investigação científica para brasileiros e estrangeiros.

O presidente do Senado lançou também o selo comemorativo dos 25 anos do Proantar – que mostra o navio brasileiro oceanográfico Ary Rangel – na presença do comandante da Marinha, Júlio Soares de Moura Neto; do ministro das Comunicações, Hélio Costa; e do presidente dos Correios, Carlos Henrique Custódio.

### TCU



Mais de 50 senadores compareceram à posse de Raimundo Carreiro (E) no TCU na última quarta-feira

## Carreiro assume como ministro do TCU

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e mais de 50 outros senadores compareceram à posse, na última quarta-feira, do ex-secretário-geral da Mesa do Senado Raimundo Carreiro como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele tomou posse às 15h no novo cargo e foi saudado pelo presidente do TCU, ministro Walton Rodrigues, e pelo ministro daquele tribunal Marcos Villaça - que também é presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Titular do cargo de secretário-geral da Mesa do Senado desde 1995, Carreiro agradeceu em seu discurso de posse aos ex-presidentes do Senado, José Sarney, Antonio Carlos Magalhães, Jader Barbalho, Edison Lobão, Ramez Tebet (falecido) e Renan Calheiros pelo trabalho que teve a oportunidade

de realizar no Senado que é, conforme afirmou, “a grande escola” da sua vida. Agradeceu ainda à Câmara dos Deputados e ao presidente daquela Casa, Arlindo Chinaglia, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo acolhimento da sua indicação ao TCU, o que ocorreu em fevereiro deste ano.

Em seu discurso de saudação ao novo integrante do TCU, o ministro Marcos Villaça lembrou o passado humilde de Carreiro, no Maranhão, enalteceu o trabalho do tribunal como executor de iniciativas do Legislativo e também a busca de qualidade técnico-funcional promovida por aquele órgão público.

Raimundo Carreiro ocupará a vaga deixada pelo ministro Iram de Almeida Saraiva, aposentado desde 2003.

### Preocupação ambiental reforça Proantar

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ressaltou a importância do Proantar no momento em que cresce a preocupação com a elevação da temperatura no planeta e suas conseqüências desastrosas para a Humanidade. Ele lembrou que a Antártica tem um papel essencial nos sistemas naturais da Terra, uma vez que as ocorrências registradas na região guardam estreita relação com as mudanças climáticas globais.

Com área de 36 milhões de km<sup>2</sup>, o oceano Antártico ou Austral, explicou o senador, representa aproximadamente 10% de todos os oceanos e influencia a circulação geral da hidrosfera marinha no Hemisfério Sul. Cerca de 90% do gelo do planeta concentram-se no continente, onde estão 70% da água doce e 10% das terras emersas.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) visitou a estação brasileira na Antártica em julho de 2003 e, após apontar as dificuldades dos pesquisadores brasileiros para trabalhar na região, defendeu a garantia de recursos suficientes para o programa.

– Trata-se de uma iniciativa da maior relevância para o país – afirmou.

César Borges (PFL-BA) também reivindicou mais recursos para o Proantar. Para ele, o orçamento do programa tem sido magérrimo e oscilado em torno de 10 milhões de reais por ano, risível se comparado ao apoio que outros países dão às pesquisas no continente.

O parlamentar lembrou que o dinheiro gasto na viagem do astronauta Marcos César Pontes ao espaço, em 2006, bancaria dois anos de operação do Proantar, que reúne o trabalho de mais de cem pessoas.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) lembrou a visita que fez à Estação Antártica Comandante Ferraz, em janeiro, e como conheceu o desafio de pesquisar sem destruir, em benefício da Humanidade. Zambiasi observou que, em 1959, 13 países firmaram o Tratado da Antártica, que garante a

exploração daquele continente unicamente para fins pacíficos e proíbe quaisquer reivindicações territoriais. O Brasil aderiu ao tratado em 1975.

O senador registrou que, em 25 anos, foram financiados mais de 640 projetos de pesquisas, envolvendo 140 equipes.

– Em média, o programa tem recebido uma dotação anual de R\$ 10 milhões, dos quais somente 10% destinam-se a pesquisas.

Sibá Machado (PT-AC), que integrou o grupo de parlamentares que viajou à Antártica, destacou a importância do continente no que se refere ao clima, ao equilíbrio das correntes marítimas e ao abastecimento de regiões que dependem da pesca.

– Nossa estação é uma das mais aparelhadas, e é procurada pelos mais diversos países que lá têm suas bases – contou.

Patricia Saboya (PSB-CE) relatou sua experiência como integrante da missão à Antártica, ressaltando a importância das pesquisas científicas do Proantar.

Ela destacou especialmente os avanços obtidos no campo das ciências atmosféricas, os quais permitem um melhor conhecimento dos problemas relacionados à redução da camada de ozônio e do efeito estufa. A senadora mencionou ainda os estudos sobre tratamento de resíduos sólidos e líquidos.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sugeriu que o Brasil deve manter o esforço para ajudar na preservação do continente antártico, lembrando que tal trabalho, desenvolvido em conjunto por vários países, é fundamental para evitar danos que possam ocorrer em virtude do degelo.

Romeu Tuma (PFL-SP) exaltou o trabalho da Marinha e da Força Aérea no apoio ao Proantar, pois, como explicou, a presença dos militares na estação de pesquisas é fundamental para o transporte e a segurança dos cientistas lotados no continente gelado.

**Cerca de 90% do gelo do planeta concentram-se no continente Antártico**

## PLENÁRIO

# Collor se diz vítima de “rancor e vingança”

O ex-presidente da República Fernando Collor de Mello (PTB-AL) fez na semana passada seu primeiro discurso como senador. Em 29 de dezembro de 1992, ele renunciou à Presidência da República no começo da sessão do Senado em que seria julgado. Mesmo assim, o Plenário acatou o processo de impeachment, que já fora aprovado em 29 de setembro pela Câmara.

Em virtude dessa situação, Collor teve atendida a sua solicitação de falar por um tempo acima dos 20 minutos habituais, para relatar como viu o processo que levou à perda de seus direitos políticos por oito anos. Seu pronunciamento, na quinta-feira, estendeu-se das 17h30 às 20h30.

– Espero virar esta página de minha carreira política, no momento em que a retomo, com o propósito de contribuir, na medida de minhas possibilidades, para o progresso e o bem-estar do país e o aprimoramento de seu sistema político – assinalou.



“Não foi comprovado nenhum ato ilícito que eu tenha praticado”, diz Collor

O senador disse acreditar que o processo contra ele baseou-se em “abusos e preconceitos, em uma sucessão de afrontas ao Estado de direito democrático”, que teriam começado com os procedimentos da comissão instalada para apurar as denúncias de seu irmão Pedro

Collor de Mello, referentes às atividades de Paulo César Farias, tesoureiro de sua campanha. A CPI do PC Farias, segundo Collor, não teria obtido depoimentos ou documentos com “qualquer acusação” contra ele, pessoalmente, nem contra ato que tivesse praticado como presidente.

Quanto aos motivos políticos para o impeachment, Collor lembrou ter sido eleito por uma coalizão de pequenos partidos que detinha apenas 8,4% das cadeiras parlamentares, e apontou o então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, como seu algoz principal. Collor também enfatizou sua absolvição pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em dezembro de 1994.

– Fui afastado na suposição de que as acusações que me fizeram fossem verdadeiras – disse.

## Senadores comentam pronunciamento

Vários senadores apartearam o pronunciamento de estréia de Fernando Collor. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), primeiro a se manifestar, disse que o ex-presidente está anistiado pela Justiça e pelo voto popular. “Collor foi inocentado pelo STF e foi eleito senador com mais de 550 mil votos.” Virgílio disse também que Collor teria terminado seu mandato se tivesse mantido uma relação “mais aberta” com o Congresso.

Aloizio Mercadante (PT-SP) disse ter orgulho de ter partici-

pado da CPI do PC Farias, que culminou no processo de impeachment de Collor. Entretanto, afirmou que vai tratar o senador com o mesmo respeito e consideração com que trata os outros parlamentares, “sem revanchismo e com o reconhecimento da vontade legítima e democrática do povo de Alagoas”. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse estar na expectativa de que os acontecimentos que levaram ao processo de impeachment não ocorram novamente.

O líder do PTB, Epitácio Cafe-

teira (MA), registrou que Collor foi inocentado pelo STF e congratulou o colega por ter sido eleito senador e pelo discurso.

Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Mão Santa (PMDB-PI), Valdir Raupp (PMDB-RO), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Edison Lobão (PFL-MA), Joaquim Roriz (PMDB-DF), Efraim Morais (PFL-PB), Wellington Salgado (PMDB-MG), Jayme Campos (PFL-MT) e Romero Jucá (PMDB-RR) também parabenizaram Collor pelo pronunciamento.

## Renan: democracia oferece um “espetáculo”

“Só a democracia proporciona o espetáculo exuberante que estamos vivendo agora”, afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros, após o pronunciamento de estréia de Fernando Collor.

– É forçoso, forçoso mesmo

reconhecer que vossa excelência é hoje maior do que foi um dia – disse Renan.

O presidente do Senado qualificou como histórico o pronunciamento de Collor, em que o ex-presidente relatou os bastidores

do processo de seu impeachment – “que o fez sofrer tanto”. Renan destacou a “decisão soberana” do povo de Alagoas que o conduziu ao Senado e “a humildade com que Collor tem se conduzido no Parlamento”.

## João Durval alerta para “martírio” de ribeirinhos

Em seu primeiro discurso como senador, João Durval Carneiro (PDT-BA) destacou na sexta-feira o que considera o “martírio” enfrentado pelas populações ribeirinhas do rio São Francisco por causa das recentes cheias na região, principalmente na Bahia.

– Seja na região rural, seja na área urbana, o povo está vendo os sonhos de toda uma vida serem tragados impiedosamente pela força das águas do rio que, até bem pouco tempo atrás, era sinônimo de vida e esperança – afirmou.

O senador informou que a enchente está afetando, somente na Bahia, 5 mil pessoas, e que a maioria delas habita um dos 23 municípios que decretaram situação de emergência. Entre as providências sugeridas por João Durval estão a ajuda às famílias atingidas e o ressarcimento de agricultores e comerciantes dos prejuízos que tiveram por causa da enchente. Ele também disse ser necessário intensificar os programas sociais voltados para a região atingida pela enchente.

## Fidelidade partidária é compromisso, diz Campos

Jayme Campos (PFL-MT) defendeu na sexta-feira a realização de uma reforma política que inclua as questões da fidelidade partidária, do voto distrital e do financiamento público de campanha. O parlamentar disse que a troca indiscriminada de partido, praticada por alguns parlamentares, quebra o contrato firmado entre o eleitor e seu representante.

– Não me refiro à fidelidade canina, mas sim ao compromisso político firmado com a população no fogo eleitoral – afirmou.

O senador criticou a tentativa de construção de maiorias artificiais por meio da cooptação dos políticos e lembrou de episódios de corrupção que considera lamentáveis, como o mensalão. Condenou, ainda, a “avalanche” de vereadores, prefeitos e deputados que mudaram do PPS para o PR acompanhando a troca de sigla feita pelo atual governador de Mato Grosso, Blairo Maggi.

## Lobão cobra correção de rumos na área educacional

O senador Edison Lobão (PFL-MA) destacou a avaliação do presidente Lula, feita durante discurso na última quinta-feira, de que, na área da educação, o país estaria vivendo “no pior dos mundos”. Ele elogiou a “coragem” do presidente de apresentar tal diagnóstico e cobrou a correção de rumos, por considerar que a questão é fundamental para o futuro da nação.

– Não é novidade para ninguém que não há destino para um país que não se sustente nos fundamentos da educação e do ensino. O país que negligencia nesse setor está condenado ao fracasso, ao insucesso e ao descaminho – afirmou.

O parlamentar lembrou que, em 2005, o Brasil possuía 15 milhões de analfabetos acima

de 15 anos – o equivalente a 11% da população na faixa etária. Esse dado, disse ele, inclui o país entre as nações com o maior número de analfabetos, o que seria deplorável para uma nação que pretende ser em breve a sexta economia do mundo. Lobão observou ainda que, no passado, embora com alta faixa de analfabetismo, o Brasil tinha ensino de qualidade, do fundamental ao ensino superior.

– Ao longo do tempo, tentou-se uma massificação universitária, cujos resultados numéricos foram consideráveis, mas, em matéria de qualidade, foi uma verdadeira tragédia – frisou Lobão, que criticou a elevada concentração dos recursos da área no ensino superior, cerca de 70% do total de investimentos.

## Paim quer salário mínimo unificado no Mercosul

Paulo Paim (PT-RS) defendeu na sexta-feira um salário mínimo unificado para o Mercosul (Mercado Comum do Sul), bem como uma legislação trabalhista e previdenciária única para os países do bloco. O senador disse que, como ele está defendendo a livre circulação dos trabalhadores e o reconhecimento da mão-de-obra por parte dos governos do Mercosul, nada mais justo do que encampar a unificação dessas legislações.

Quanto ao valor do salário mínimo, Paim informou que, em 2005, era de US\$ 116 no Brasil e de US\$ 155 na Argentina. No Uruguai, era de US\$ 81 e no Paraguai estava em US\$ 139. Ele quer ainda que o mí-

nimo seja unificado pelo teto. O senador prega a liberdade e autonomia sindical, até mesmo com negociações coletivas envolvendo trabalhadores de todos os países do bloco.

Paim avalia que o Mercosul deve ir além do comércio e incluir a dimensão social, cultural, dos direitos humanos, de distribuição de renda e de geração de empregos. E destacou que no dia 26 deste mês será celebrado o 16º aniversário do bloco.

Em aparte, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse que o Parlamento do Mercosul, a ser instalado em abril, deverá fortalecer a democracia e o exercício da cidadania no Mercosul.

## Alvaro Dias: Câmara não pode retardar votações

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou o fato de a Câmara dos Deputados estar retardando a aprovação dos projetos que objetivam melhorar a situação de segurança pública, em especial aquele que impede que recur-



Alvaro Dias

para alcançar esse objetivo.

– A gravidade do momento exige aumento do rigor das leis e a Câmara dos Deputados pode colaborar, decisivamente, aprovando projetos que já foram votados no Senado – salientou.

sos destinados ao setor sejam contingenciados. De acordo com o projeto, os ministros da Fazenda e da Justiça podem ser responsabilizados se não liberarem diligentemente esses recursos.

O senador considera que não há combate à violência e ao crime organizado sem recursos maciços e bem direcionados para a segurança pública. Ele afirmou que a sociedade brasileira espera do Congresso Nacional a aprovação de legislação que garanta os instrumentos de que o Estado precisa

Para senador, ação do governo é ineficiente

Na avaliação de Alvaro Dias, as ações do governo federal no sentido de promover o desenvolvimento econômico do país não geram otimismo nem criam um ambiente de segurança e estímulo aos investidores. O parlamentar considera que os marcos regulatórios não são claros nem estáveis no Brasil e por isso o país não pode “de forma alguma esperar por grandes investimentos, especialmente externos”.

## Voz do Leitor

## MAIORIDADE PENAL

“O combate à violência urbana existente no país não está ligado à redução da maioridade penal, mas ao cumprimento rigoroso da legislação vigente.”

**Sebastião Pereira de Oliveira, de Iaciara (GO)**

## ENSINO PÚBLICO

“A educação pública no país está sendo tratada com descaso pelo governo e precisa de uma revisão urgente.”

**José Cristo Lins, de Cachoeira dos Índios (PB)**

## CORRUPÇÃO

“A sociedade inteira deveria se empenhar em obter todos os instrumentos possíveis para combater a corrupção existente no país.”

**Antonio Cleiton Brilhante Sousa, de Pentecoste (CE)**

## LEIS

“Os parlamentares devem se empenhar mais para cumprir as leis que vigoram no país. Devido à falta do cumprimento das leis é que muitos menores trabalham nas ruas entregando panfletos.”

**Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)**

## TV SENADO

“Parablenho a iniciativa do Senado de liberar para vários estados brasileiros a transmissão da TV Senado em UHF.”

**Jailson Alcides de Melo, de Gameleira (PE)**

## VIOLÊNCIA

“O presidente da República deixou claro em suas palavras que considera que a redução da maioridade não acabará com a violência. Então, solicito que ele apresente possíveis soluções de combate à violência.”

**Guido Chuniara Batuta, de Valinhos (SP)**

## ESCOLA PÚBLICA

“Na escola pública, muitas das disciplinas que são estudadas são menos úteis em nosso cotidiano do que outras que poderiam ser oferecidas, como sobre as leis de trânsito ou as políticas públicas. Esses assuntos, sim, deveriam ser estudados com maior aprofundamento e são mais importantes para a formação do cidadão brasileiro.”

**Claudiney Gonçalves Guimarães, de Miguel Calmon (BA)**

## EMPREGO

“O Brasil tem condições suficientes para gerar muito mais empregos. Não só os jovens estão desempregados, como os mais amadurecidos. Na minha opinião, isso é consequência de falta de vergonha por parte das autoridades competentes e do empresariado em geral.”

**Domício José dos S. Neto, de Aracaju (SE)**

## HOMENAGEM

“Quero enaltecer o trabalho do ex-senador Rodolfo Tourinho. Durante os quatro anos que esteve no Senado ele apresentou propostas que beneficiam o povo e relatou matérias importantes para o país. Fica aqui o meu agradecimento.”

**Alexandro Alves dos Santos, de Itapé (BA)**

## SEGUNDO MANDATO

“O povo brasileiro espera que, neste segundo mandato do presidente Lula, não tenhamos outros valeriodutos, mensalões, casos de dinheiro de Cuba, dossiês falsos, dólares na cueca, sanguessugas, e nem parlamentares, ministros e assessores envolvidos em negócios espúrios e escusos, coisas que o presidente ‘nunca soube’ que aconteciam.”

**Fabiano Urbano Costa, de Vigia (PA)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## Pergunte ao Senador

## REFORMA POLÍTICA

**Antônio Valentim dos Santos Filho, de Parelhas (RN)**

“Gostaria de saber se futuramente haverá uma reforma eleitoral no país.”

**A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) responde:**

Nós temos lutado para que o Congresso faça a reforma política de uma vez por todas, para mudar estruturas, a vinculação do voto, e para exigir a fidelidade partidária, entre outras prioridades. Sabemos que nem sempre o candidato eleito é aquele que o cidadão queria escolher. A situação persiste porque o voto de legenda e a obtenção das vagas na Câmara dos Deputados se dão pelo somatório dos votos que os candidatos de determinado partido obtêm, e que há a influência do fato de a sigla pertencer ou não a uma coligação. A reforma política deverá, ainda, dar atenção ao financiamento público de campanha para sanear o problema das campanhas financiadas de forma ilegal. As mudanças devem ser feitas com urgência. Hoje, a cada eleição, são adotadas medidas pontuais que acabam mexendo apenas nas regras eleitorais, mas não há uma reforma política mais ampla. Nós já votamos a reforma política no Senado, e agora o projeto está em discussão na Câmara. Já temos a sinalização do presidente daquela Casa, Arlindo Chinaglia, de que a reforma será colocada logo na pauta de votações.



## Agora é lei

## Parcelamento de lotes rurais

O presidente Lula sancionou a Lei 11.446, que permite o parcelamento de imóveis rurais destinados à agricultura familiar. A lei acrescenta dois parágrafos ao artigo 65 do Estatuto da Terra, de 1964.

Antes, o estatuto impedia a divisão de um imóvel rural em áreas de dimensão inferior à do módulo (tamanho mínimo em que uma propriedade rural pode ser fracionada). O módulo varia, tendo o tamanho determinado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de acordo com características de cada região ou estado.

Pela nova lei, serão permitidos também os parcelamentos de imóveis rurais que não atinjam o módulo, desde que as propriedades sejam adquiridas através de programas oficiais de apoio à atividade agrícola familiar promovidos pelo poder público, e cujos beneficiários sejam agricultores que não possuam outro imóvel rural ou urbano.

O autor da proposta na Câmara foi o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). De acordo com Serraglio, a proposta oferece “uma segunda fonte de renda” aos trabalhadores rurais volantes – mais conhecidos como “bóias-frias”.

O relator no Senado, Osmar Dias (PDT-PR), deu parecer favorável ao projeto, alegando que “os assentamentos contribuem para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político dos cidadãos envolvidos, com ampla repercussão no crescimento econômico e na geração de emprego e renda das comunidades beneficiadas”.

## Frases

“Espero virar esta página de minha carreira política, no momento em que a retomo, com o propósito de contribuir, na medida de minhas possibilidades, para o progresso e o bem-estar do país e o aprimoramento de seu sistema político”

Fernando Collor de Mello, em seu primeiro discurso como senador, 14 anos depois de ter sofrido processo de impeachment.

“Só a democracia proporciona um espetáculo exuberante como esse que estamos vivendo agora”

Renan Calheiros, sobre o discurso de Fernando Collor.

“Não há destino para um país que não se sustente nos fundamentos da educação e do ensino. O país que negligencia esse setor está condenado ao fracasso, ao insucesso e ao descaminho”

Edison Lobão, elogiando o presidente Lula, que prometeu mudar os rumos da política de educação no país.

“Cartel é crime contra a sociedade e a economia. É abuso de poder econômico e acontece no Brasil inteiro”

Flávio Arns, para quem o crime organizado no Brasil não se limita às drogas e à pirataria.

“O governo está sendo obrigado a investir em infra-estrutura para o país voltar a crescer. Ou ele faz, ou o país afunda definitivamente”

Mário Couto, ao comemorar a assinatura do decreto que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

“Não vou votar contra o que for de interesse coletivo, mas não vou deixar o governo vender gato por lebre para a população”

José Agripino, ao anunciar a obstrução da pauta em razão do veto presidencial à emenda 3 da Super-Receita que limita a ação dos auditores fiscais.

“Lá, os poderes públicos, as ONGs, as instituições religiosas, os cidadãos anônimos, todos se juntaram”

Magno Malta, sugerindo que o Brasil aprenda com a Colômbia a combater o narcotráfico.

## Foto da Semana

Durante três horas, com apartes de vários senadores, Fernando Collor ocupou a tribuna na última quinta-feira para relatar sua visão do processo que, em 1992, resultou na perda de seu mandato de presidente da República e dos direitos políticos por oito anos. Ele atribuiu sua queda a uma “grande farsa” montada por adversários “movidos pelo rancor”, e apontou “uma sucessão de ultrajes e um acúmulo de violações das normas legais”



MOREIRA MARIZ

# Telefonia em foco na Rádio

As concessionárias brasileiras estão implantando, desde 1º de março, o sistema de conversão da cobrança das ligações locais de telefone fixo, que serão medidas por minuto, e não mais por pulso. O prazo dado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a conversão termina em 31 de julho.

O que essa mudança representa para o consumidor? Quem ganha com o plano básico e quem deve optar pelo plano alternativo? A nova modalidade vai resultar em redução ou aumento de preço?

Para esclarecer essas dúvidas, o programa Conexão Senado, da Rádio Senado, discute o assunto com senadores e representantes da Anatel, das concessionárias e de consumidores. Acompanhe o debate nesta segunda-feira, a partir do meio-dia.

Programa da TV disputa prêmio ambiental  
A TV Senado é uma das finalistas da 5ª Edição do Prêmio Docol/Ministério do Meio Ambiente de Jornalismo. O especial O desafio da água, veiculado em setembro de 2006 pelo programa Repórter Senado, foi considerado um dos melhores trabalhos do ano sobre o tema, entre 189 analisados.

Os ganhadores serão conhecidos no próximo dia 27 na Associação Empresarial de Joinville.

O desafio da água” tem direção e edição de Paulo Acrísio Figueiredo, reportagem de Gustavo Portal, produção de Márcia Torres, fotografia de Tony Brown, assistência de Carlos Eduardo e edição e finalização de imagens de Cláudio Lisboa. A TV Senado reprisa o programa neste sábado, dia 24, às 16h e às 21h, e no domingo às 22h.



Telefonia fixa: os consumidores poderão escolher entre dois planos de serviço, que, a partir de agosto, só será cobrado por minuto

LINDOMAR CRUZ

## Rádio Senado

### TODOS OS DIAS

6h - Matinas  
7h55 - Cidadania Dia-a-dia  
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

### DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais  
7h10 - Música e Informação  
8h - Senado Notícias  
8h30 - Plenário em Destaque  
19h - Voz do Brasil  
19h30 - Jornal do Senado  
20h - Música e Informação  
21h - Crônicas Musicais (reprise)  
21h10 - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
24h - Música e Informação

### DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

### DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias

### SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação  
9h30 - Música e Informação  
21h - 180 Anos do Senado  
22h - Música e Informação

### SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo  
10h - Senado Notícias (reprise)  
11h - Senado Resumo (reprise)  
12h - Conexão Senado  
13h40 - Senado Notícias  
23h - Brasil Regional (reprise)

### TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

### SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)  
12h - Música e Informação  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Música e Informação  
18h - Senado Resumo  
20h - Reportagem Especial  
23h - Improviso Jazz (reprise)

### SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira  
9h - Prosa e Verso  
10h - Especial (reprise)  
11h - Música Erudita  
12h - Senado Resumo (reprise)  
13h40 - Música e Informação  
15h - Autores e Livros  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e Informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Senado Resumo (reprise)  
20h - Escala Brasileira

### DOMINGO

8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
11h - Música do Brasil  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Prosa e Verso  
17h - Reportagem Especial (reprise)  
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)  
20h - Jazz & Tal

## Como sintonizar

**FM**  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

**ONDAS CURTAS**  
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

**INTERNET**  
No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

**ANTENA PARABÓLICA**  
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

### ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal  
Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

**UHF**

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Fala Cidadão  
7h30 - Entrevista  
8h - Jornal do Senado  
8h30 - De Coração  
9h - Especiais  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Idéias  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Fala Cidadão  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Conversa de Músico  
15h - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Entrevista  
17h30 - Idéias  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Leituras  
20h30 - Fala Cidadão  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Idéias  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural/Entrevista  
19h - Cidadania  
20h - Conversa de Músico  
20h30 - Leituras  
21h - Idéias  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Fala Cidadão  
23h30 - De Coração  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Fala Cidadão  
3h - Idéias  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Idéias  
5h30 - Fala Cidadão  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 2  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Especiais/Comissões  
12h - Idéias  
12h30 - Entrevista 3  
13h - Cidadania 3  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Conversa de Músico  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 4  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 1  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 1  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 2  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 3/Comissões  
20h30 - Entrevista 3  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 4  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 4  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 1  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 2/Comissões  
20h30 - Entrevista 2  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 2  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 3  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 3  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 4  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 1/Comissões  
20h30 - Entrevista 1  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 3  
14h15 - Jornal do Senado  
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Conversa de Músico  
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural  
23h30 - Idéias  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

1h - Cidadania  
2h - Idéias  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Fala Cidadão  
4h30 - De Coração  
5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Idéias  
7h30 - Entrevista  
8h - De Coração  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Idéias  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Fala Cidadão  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Conversa de Músico  
15h - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Entrevista  
17h30 - Idéias  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Leituras  
20h30 - Fala Cidadão  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Idéias  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

1h - Cidadania  
2h - Fala Cidadão  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Idéias  
4h30 - De Coração

## RESENHA

## Visconde de Cairu, pioneiro entre os nossos economistas

ALEXANDRE GUIMARÃES

Se a decisão do então regente de Portugal, dom João, de fugir à invasão dos franceses é dramática para a Corte de Lisboa, que se vê forçada a embarcar com todas as riquezas num dia de bastante chuva e confusão, para nós, brasileiros, é de extrema importância: querendo ou não, foi como deixamos de ser apenas uma colônia fornecedora de matérias-primas para a economia portuguesa. E foi assim que caminhamos rumo à independência.

O primeiro ato que transformaria nossa economia viria em 28 de janeiro de 1808, quando o regente decretou a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, ainda que em caráter provisório. Em 1º de abril do mesmo ano, outra decisão importante: a franqueza da indústria no Brasil, isto é, a concessão de privilégios aos brasileiros que desejassem implantar fábricas no país.

Tanto uma quanto a outra medida não resultavam do bom humor de dom João, mas da necessidade de assegurar sua coroa. O baiano José da Silva Lisboa – que mais tarde viria a ser conhecido como Visconde de Cairu – foi o responsável por influenciar dom João, desde a passagem da Corte por Salvador.

Seus trabalhos de economia política o tornam o fundador

desse campo de conhecimento no país. Assim é o caso do estudo Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil, de 1810, agora editado na coleção Biblioteca Básica Brasileira do Senado Federal.

Na obra, Lisboa discute a importância da medida para a economia brasileira, “instrui” os pioneiros da indústria e compara a legislação de então com a de países já industrializados.

Anos depois, Lisboa viu a família real portuguesa partir e dom Pedro I proclamar nossa independência em 1822. Tornou-se barão em 1825 e, no ano seguinte, senador do Império e visconde de Cairu, título com o qual entrou para a história brasileira. Antes de falecer, em 1835, Cairu, notável por sua erudição e firmeza de caráter, lutou pela criação de uma universidade no Rio de Janeiro.



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado

Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil integra a coleção Biblioteca Básica Brasileira do Senado Federal. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

## Senado lança projeto de biblioteca digital

Todo o conteúdo das obras que podem ser encontradas nas prateleiras da Biblioteca do Senado também será oferecido na tela do computador, no prazo de cinco anos. É o que prevê o projeto de criação da Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF), que será apresentado publicamente nesta terça-feira, às 18h30, durante o evento em comemoração do Dia do Bibliotecário (12 de março).

A biblioteca digital também vai promover a inclusão de pessoas com deficiência, com a utilização de padrões internacionais de acessibilidade, a disponibilização

de livros em áudio e de conversor de texto para a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), explica a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira.

A transição do modo tradicional para o digital vai começar pelas publicações técnicas da Casa, como a Constituição.

Durante o evento será lançada a série Edições da Biblioteca do Senado Federal, e vão ser assinados protocolos de cooperação técnica entre o Senado e duas instituições: o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

## SENADO

## TV Senado terá canal aberto em São Paulo

O ministro das Comunicações, o senador licenciado Hédio Costa, prometeu na quarta-feira passada que a TV Senado terá um canal aberto na cidade de São Paulo ainda este ano. A medida, que, segundo ele, parecia impossível porque a ocupação do espectro eletromagnético na cidade impede o surgimento de qualquer nova emissora, só será possível com o surgimento da TV digital. A emissora, afirmou o ministro, poderá ser transmitida também, em canal aberto, na cidade de Betim (MG) até o final do ano e, eventualmente, em Belo Horizonte (MG) em 2008. A garantia dos canais, para Hédio Costa, se justifica porque a TV Senado é uma emissora que tem o interesse público em primeiro lugar.

A promessa foi feita durante



Inauguração dos canais da TV Senado em Manaus, Recife e João Pessoa reuniu representantes dos Poderes Executivo e Legislativo

solenidade, no Salão Nobre, com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do 1º secretário, Efraim Morais (PFL-PB), de inauguração de três canais abertos

da TV Senado – em João Pessoa (canal 40), Recife (canal 55) e Manaus (canal 57). Em Salvador, a transmissão em sinal aberto já existe desde novembro.

## Para Renan, emissora exerce “controle democrático”

Durante a solenidade, o presidente Renan Calheiros afirmou que a consolidação do projeto de expansão da TV em sinal aberto é “uma vitória da democracia brasileira”. Renan acrescentou que a TV Senado é um instrumento de cidadania, de controle democrático do Legislativo por parte da população, que assim pode acompanhar, passo a passo, a atuação dos parlamentares.

Agora, a emissora já transmite em sinal aberto em 12 capitais, além da cidade do Gama (DF), elevando em milhões de pessoas o público da TV Senado, informou Renan.

– Ao longo dos últimos 11 anos, a TV tem sido motivo de orgulho não apenas para nós, parlamentares e funcionários, como para todos os brasileiros, que podem acompanhar, em tempo real, tudo o que acontece no Senado – disse o presidente.

## Efraim vê presença mais forte da cidadania

O 1º secretário do Senado, senador Efraim Morais, avaliou que a transmissão da TV Senado em sinal aberto cria uma relação direta entre o eleitor e o parlamentar, representados e representante, sem intermediação.

– O nome disso é cidadania. Ela se dá por meio dessa interação do cidadão com a estrutura institucional do Estado, tornando-o um fiscal da República – declarou o parlamentar.

Efraim Morais disse que a expansão das transmissões em sinal aberto para todo o país é um compromisso da Mesa do Senado que deverá ser realizado até o final do próximo ano.

## Inaugurado o Espaço do Parlamentar

Deputados estaduais e vereadores de todo o país já têm à disposição, desde a semana passada, o Espaço do Parlamentar, um gabinete de apoio que oferece computadores, aparelho de fax, telefone, TV e toda a infra-estrutura necessária para esses parlamentares poderem desempenhar suas funções quando estiverem cumprindo agenda de trabalho no Congresso.

A inauguração do espaço ocorreu na última quarta-feira, durante encontro do 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), com associações estaduais e nacionais de vereadores, no auditório do programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder

Legislativo.

Na ocasião, Efraim defendeu o instituto da fidelidade partidária – em sua avaliação um dos princípios que devem ser consagrados na reforma política, para assegurar o “direito do partido sobre o mandato”.

– Quem muda de partido assim que se elege está traído o voto que recebeu do cidadão, já que o eleitor muitas vezes está votando no partido – assinalou.

Mais de 20 entidades participaram do encontro, destinado a estreitar o diálogo entre o Senado e as câmaras municipais.

Efraim, que também é diretor do programa Interlegis, afirmou aos dirigentes das associações

que os vereadores têm papel importante em seus municípios, pois estão mais próximos do dia-a-dia da população. Como representantes da comunidade, enfatizou o senador, esses parlamentares têm o dever de ser porta-vozes das minorias, dos grupos organizados, de associações e sindicatos.

O Espaço do Parlamentar fica no hall de entrada do Interlegis. O programa, lançado em 1997, capacita as assembleias legislativas do país com equipamentos tecnológicos para criar uma comunidade virtual. O objetivo é modernizar e integrar o Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal.

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior  
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.  
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br  
E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# O único jeito de adotar: com amor, dentro da lei

A adoção é talvez a mais importante e difícil ação de cidadania. Abandonadas ou colocadas em abrigos em razão do descaso ou violência das famílias, as crianças dos programas de adoção aguardam uma chance de crescer com dignidade.

A infância no país sofre ainda com a chamada "adoção à brasileira", pela qual os que desejam adotar ignoram o programa da Justiça, procurando ou aceitando

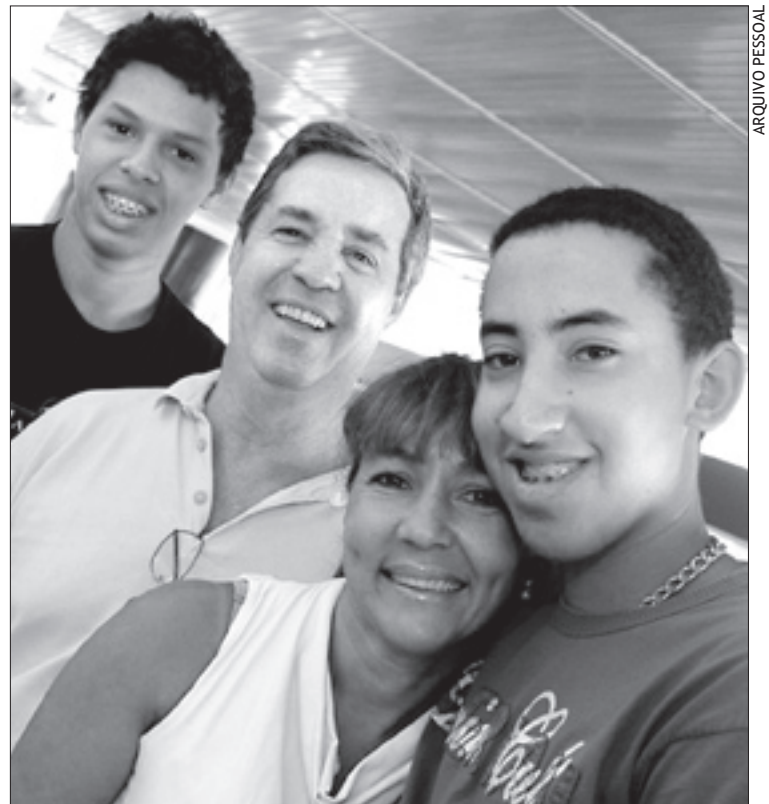
crianças entregues diretamente a eles por seus pais biológicos, e depois buscam o juizado para "oficializar" a adoção.

Como consequência, prolifera uma espécie de "mercado negro" — em que o "contato" entre a família biológica e os adotantes é feito por intermediários —, e cresce o risco de chantagens e ameaças aos pais adotivos que aderem ao esquema.

Tem-se ainda um círculo vicioso, que alimenta a imagem

de que a adoção é um processo longo e burocrático: com a "adoção à brasileira", as crianças não são entregues à Justiça, o que aumenta o tempo de espera dos candidatos a pais adotivos que estão nas filas dos juzizados e que, desanimados, acabam se rendendo a "adoção à brasileira".

Veja nesta edição do Especial Cidadania como adotar uma criança de forma legal e cidadã, evitando os perigos da "adoção à brasileira".



Edmar Simões e Regina, entre os filhos adolescentes Pedro Henrique e Luís Felipe: adoção deve ser feita da maneira legal

## Adoção em 15 respostas

### 1. Quem pode adotar?

Desde que possam oferecer as condições necessárias para uma vida digna, podem adotar crianças e adolescentes:

- ▶ todo adulto maior de 18 anos (desde que seja pelo menos 16 anos mais velho que o adotando), de qualquer sexo, estado civil ou nacionalidade;

- ▶ todo casal, unido por casamento civil ou que viva em união estável, desde que um dos cônjuges atenda à exigência anterior;

- ▶ casais divorciados ou separados judicialmente, desde que o estágio de convivência com o adotando tenha começado antes da separação e que haja acordo sobre as visitas;

- ▶ o padrasto ou madrasta, desde que tenha vínculo de paternidade ou maternidade com o enteado(a);

- ▶ tios e primos do adotando.

### 2. Quem não pode?

- ▶ Aquele que não ofereça ambiente familiar e situação considerados adequados, revele incompatibilidade com a adoção ou tenha motivos ilegítimos, ilícitos ou criminosos;

- ▶ duas pessoas em conjunto se não forem um casal; e

- ▶ os avós, bisavós, filhos ou irmãos do adotando.

### 3. Quais crianças podem ser adotadas?

- ▶ Toda criança ou adolescente (até 18 anos) que uma sentença judicial tenha declarado sem família pode ser adotado(a).

### 4. Como fazer para adotar?

O primeiro passo é ir pessoalmente ao Juizado da Infância e da Juventude mais próximo, com um documento de identidade e um comprovante de residência. Em geral, as varas atendem das 12h às 19h, de segunda a sexta-feira. Nesse primeiro contato é fornecida uma lista de documentos a serem entregues, são explicados os procedimentos e esclarecidas as primeiras dúvidas.

Em caso de adoção de criança específica, a inscrição é dispen-

sada e os interessados devem se dirigir diretamente à defensoria pública, ou ao cartório do Juizado da Infância e da Juventude, caso tenham contratado um advogado particular.

5. Quais são os critérios usados para aprovar o adotante?

O estudo feito por psicólogos e especialistas leva em conta todos os aspectos da vida da família ou pessoa que deseja adotar, para diminuir o risco da não adaptação, tanto da criança quanto da família.

6. É preciso contratar um advogado para adotar?

Para os que se inscreverem no programa de adoção, não. O Juizado da Infância e da Juventude conduz todo o processo, oferecendo advogado gratuito, independentemente da renda dos adotantes.

### 7. Quanto custa adotar?

O processo no juizado é gratuito.

8. Quanto tempo demora a adoção?

O tempo varia conforme o perfil da criança ou adolescente que o interessado se oferece para adotar e o fluxo de chegada de crianças para adoção. Quanto maiores as exigências daquele

que deseja adotar, mais tempo pode levar. Já para aqueles que se dispõem a adotar crianças de qualquer cor ou estado de saúde, sem exigência de idade

e ainda que acolham irmãos, a adoção leva em geral seis meses.

9. Qualquer pessoa tem acesso ao processo?

Não. Todo o processo de adoção corre em segredo de Justiça e somente os candidatos têm acesso às informações. A família biológica não sabe quem são ou serão os adotantes.

10. Como fica o registro da criança?

Quando possível, a criança tem que ser registrada em nome dos seus pais biológicos. Quando o processo de adoção é concluído, o registro original é cancelado e é feito um novo, com todos os dados indicados

pelos adotantes. Não pode constar em nenhum documento da criança adotiva qualquer registro da adoção.

11. Existe licença-maternidade em caso de adoção?

Sim. Todas as mulheres registradas na previdência social (INSS) que obtiverem a guarda judicial para adoção ou que adotarem têm direito à licença e ao salário-maternidade. Se a criança tiver até um ano, é concedida licença de 120 dias. Para crianças entre um e quatro anos, são 60 dias, e de quatro a oito, 30 dias (Lei 10.421/02).

12. Pode-se registrar uma criança adotada como filho sem recorrer ao Juizado da Infância e da Juventude?

Não. Isso é crime punido com dois a seis anos de reclusão. Além disso, o registro de nascimento pode ser cancelado, dando aos pais biológicos o direito de recorrer à Justiça para reaver a criança.

13. Caso alguém esteja com uma criança que não foi adotada legalmente, o que fazer?

A pessoa ou casal deve contratar advogado, ou solicitar um à defensoria pública, e entrar com processo de adoção no Juizado da Infância e da Juventude, na comarca onde residem os pais biológicos da criança, que serão ouvidos no processo.

14. Pode-se desistir da adoção?

Não. A adoção é irrevogável, exceto se feita fora da lei. Os filhos adotivos têm os mesmos direitos e garantias dos filhos biológicos, inclusive quanto à herança, e estão, do ponto de vista legal, totalmente desligados da família biológica.

15. Como entregar uma criança para adoção?

Toda mãe tem o direito de desistir da maternidade. Não há punição para quem desiste, basta procurar o Juizado da Infância e da Juventude. Já abandonar uma criança, mesmo que com outras pessoas, é crime. O jeito certo de desistir do direito de criá-la é entregá-la ao juizado, ao qual cabe assistir à mãe, ajudando-a a decidir sem pressões ou interesses que não o bem-estar da criança.

## Processo visa ajudar os futuros pais e dar segurança à criança

Com algumas variações de procedimentos em cada juizado, essas são as etapas da adoção:

### Inscrição

1. Na primeira visita, leve sua carteira de identidade e um comprovante de residência, solicite informações sobre o processo e esclareça suas dúvidas. Em seguida, providencie os documentos exigidos pela vara.

2. Volte ao juizado e preencha a ficha de inscrição. Algumas varas promovem palestras ou entrevistas, que devem ser assistidas antes de entregar a ficha e os documentos, e nas quais podem ser definidas as características da criança desejada.

3. Começa o estudo psicossócio-pedagógico pela equipe de psicólogos e técnicos do juizado. São entrevistas e visitas para avaliar as condições do(s) adotante(s).

4. Pronto o estudo, o Ministério Público dá o seu parecer. Em seguida, com base na lei, no estudo e no parecer do MP, o juiz decide se aceita ou não a inscrição.

### Estágio de convivência

Aceita a inscrição, você já é um candidato a pai/mãe adotivo na vara em que se inscreveu e também pode se candidatar a adotante em qualquer outro juizado ou comarca do país.

5. A equipe do juizado seleciona o menor e convida o adotante, pela ordem de inscrição, a conhecer a história da criança e a decidir se quer conhecê-la.

6. No caso de crianças com mais de um ano, é realizado um "estágio de convivência", acompanhado pelo juizado. Essas são as crianças que têm maior dificuldade de adoção, principalmente em razão da crença infundada de que têm maus hábitos incorrigíveis.

### Pedido de adoção

7. Finalmente, é preciso protocolar o pedido de adoção e de guarda provisória. Se concedida a guarda, você já pode levar a criança para casa.

8. O juiz dá a sentença final e manda fazer o novo registro de nascimento.

### Saiba mais

**Varas da Infância e Juventude**  
www.stj.gov.br/portal\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=46

### Grupos de apoio

**Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude (ABMP)**  
Rua Boa Vista, 76 - 5º andar  
São Paulo (SP) - CEP 01014-000  
www.abmp.org.br

### Cecif

Rua Manoel de Paiva, 226 - Vila Mariana - São Paulo (SP)  
CEP 04106-020 - (11) 5081-5203  
www.cecif.org.br

### Fundação CDL Pro-Criança

Av. João Pinheiro, 495, 7º andar - Funcionários - Belo Horizonte (BH)  
CEP 30130 180 - (31) 3249 1791  
www.fundacaocdl-bh.org.br

### Fundação Orsa - Alô Vida

Al. Mamoré, 989, 25º andar - Alphaville - Barueri (SP)

### CEP 06454-040

(11) 3209-6400 - 4689-8700  
www.fundacaorsa.org.br

### Projetos de lei

**PLS 27/04** - Propõe a criação do Cadastro Nacional de Adoções, com as listagens de crianças e adolescentes em condições de serem adotadas e de pessoas interessadas na adoção.

**PL 6.824/02** - Autoriza os ascendentes a adotarem.

**PLs 6.485/02, 806/03, 890/03, 1.380/03, 1.645/03, 1.756/03 e 6.222/05** - São propostas várias medidas, entre elas, o "auxílio-adoção" para a família que acolher crianças internadas em orfanatos e a dispensa da presença de advogados na adoção. Também é sugerida a revogação da exigência do novo Código Civil de que o adotante seja 16 anos mais velho que o adotado.